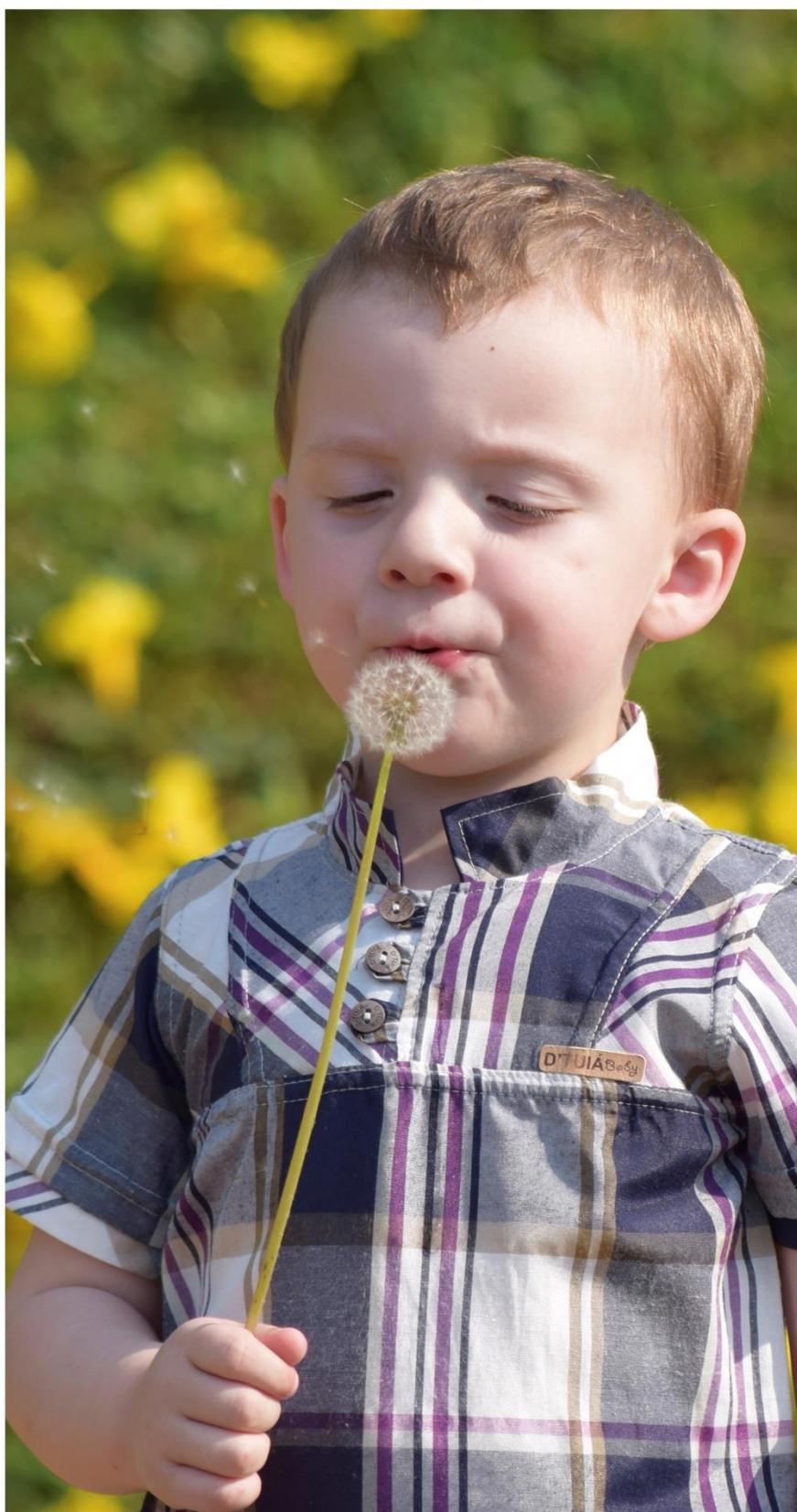


DIAGNÓSTICO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE

COTIPORÃ / RS



Recurso e apoio ao COMDICA:	Realização:
	

<p>Gestão de Cotiporã</p> <p>Prefeito Municipal José Carlos Breda</p> <p>Vice-prefeito Ivaldo Wearich</p> <p>Secretarias:</p> <p>Secretaria de Administração Valdir Falcade</p> <p>Secretaria de Agricultura, Meio Ambiente, Indústria e Comércio Douglas Penso</p> <p>Secretaria de Educação e Desporto Elizabete Ramansini</p> <p>Secretaria da Fazenda Elizandra Scussel</p> <p>Secretaria de Obras Trânsito e Saneamento César Dalmas</p> <p>Secretaria da Saúde e Assistência Social Rozeli Frizon</p> <p>Assessoria de imprensa Ana Julia Griguol</p> <p>Assessoria jurídica Darlan da Silva Conceição</p>	<p>Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente:</p> <p>COMDICA Presidente Ketlen Antonielli</p> <p>Vice- Presidente José Borsoi</p> <p>1º Secretária Andréia Pagnan Soletti</p> <p>2º Secretária Elizabete Ramansini</p>	<p>Painel Instituto de Pesquisas</p> <p>Coordenação Geral Maria Helena Provenzano CRA-SC 27913</p> <p>Análise Estatística Fátima Mottin CONRE 9013ª</p> <p>Apoio Administrativo Heloisa Rafael Moraes</p> <p>Capa Jordy Kuster</p> <p>Apoio e Orientação técnica Valmir Polli</p>
---------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------	-------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------	-----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------

O Direito das Crianças

*Toda criança no mundo, deve ser bem protegida
Contra os rigores do tempo, contra os rigores da vida.*

*Criança tem que ter nome, criança tem que ter lar
Ter saúde e não ter fome, ter segurança e estudar.*

*Não é questão de querer, nem questão de concordar
Os direitos das crianças, todos têm de respeitar.*

*Tem direito à atenção, direito de não ter medos
Direito a livros e a pão, direito de ter brinquedos.*

*Mas criança também tem, o direito de sorrir.
Correr na beira do mar, ter lápis de colorir...*

*Ver uma estrela cadente, filme que tenha robô,
Ganhar um lindo presente, ouvir histórias do avô.*

*Descer do escorregador, fazer bolha de sabão,
Sorvete, se faz calor, brincar de adivinhação.*

*Morango com chantilly, ver mágico de cartola,
O canto do bem-te-vi, bola, bola, bola, bola!*

*Lamber fundo da panela, ser tratada com afeição
Ser alegre e tagarela, poder também dizer não!*

*Carrinho, jogos, bonecas, montar um jogo de armar,
Amarelinha, petecas, e uma corda de pular.*

Ruth Rocha¹

¹Defensora dos direitos das crianças, tem mais de cinquenta anos dedicados à literatura, mais duzentos títulos publicados e já foi traduzida para vinte e cinco idiomas. Em Os Direitos das Crianças Segundo Ruth Rocha ela escreve que o objetivo deste trabalho é “chamar a atenção para o fato de que a infância é um tempo muito curto, mas que é o período em que se constrói o direito à felicidade”. Disponível em <http://www.ruthrocha.com.br/biografia>

Sumário

1. BREVE APRESENTAÇÃO DO MUNICÍPIO.....	7
2. METODOLOGIA.....	8
1. PERFIL SOCIODEMOGRÁFICOS DO MUNICÍPIO.....	11
1. REDE DE ATENDIMENTO MAPEADA.....	15
2. CONSELHO TUTELAR.....	16
3. INDICADORES RELACIONADOS AO ECA.....	18
3.1 INDICADORES DO DIREITO À CONVIVÊNCIA FAMILIAR E COMUNITÁRIA.....	18
3.1.1 CADÚNICO.....	22
3.2 INDICADORES DO DIREITO À PROFISSIONALIZAÇÃO E AO TRABALHO.....	23
3.3 INDICADORES DO DIREITO À EDUCAÇÃO, ESPORTE, CULTURA E LAZER.....	26
3.4 INDICADORES DO DIREITO À VIDA E SAÚDE.....	34
3.5 INDICADORES DO DIREITO À LIBERDADE, RESPEITO E DIGNIDADE.....	39
4. PESQUISA COM ADOLESCENTES DE COTIPORÃ.....	43
5. pesquisa qualitativa com representantes da rede de atendimento.....	56
6. ANÁLISE CONCLUSIVA E PROPOSITIVA.....	64
7. PLANO DECENAL DOS DIREITOS HUMANOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE DE COTIPORÃ...	67
8. APÊNDICE 1.....	80
9. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	83

Indicadores

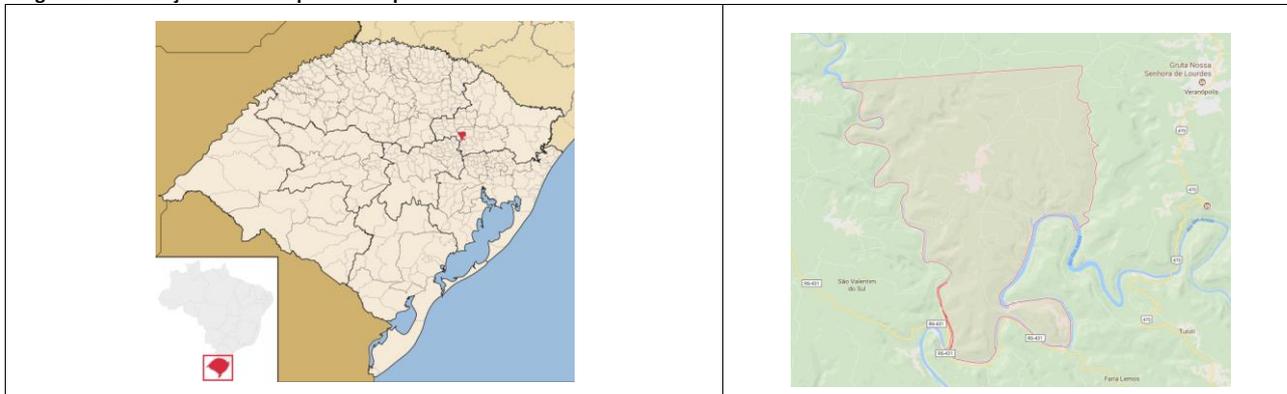
Indicador 1: Total de habitantes do município	11
Indicador 2: Total de habitantes do município por sexo	11
Indicador 3: Total de habitantes do município por zona rural ou urbana	12
Indicador 4: Características de infraestrutura do município	12
Indicador 5: População de crianças e adolescentes por faixa etária	13
Indicador 6: Razão de Dependência Jovem – RDJ	13
Indicador 7: Percentual de responsáveis adolescentes	14
Indicador 8: Taxa de Crianças e Adolescentes com notificação no Conselho Tutelar em 2016	16
Indicador 9: Meta de atendimento prioritário no SCFV	18
Indicador 10: Percentual de atendimento do CT que estão no SCFV	20
Indicador 11: Taxa de atendimento do PAIF	20
Indicador 12: Taxa de notificação de violação do direito à Convivência Familiar e Comunitária	21
Indicador 13: Taxa de notificação de Negligência	22
Indicador 14: Crianças e adolescentes de 10 a 13 anos em situação de trabalho	25
Indicador 15: Crianças e adolescentes de 14 a 15 anos em situação de trabalho	25
Indicador 16: Taxa de notificação de violação do direito à Profissionalização ao Trabalho	26
Indicador 17: Crianças fora da escola	27
Indicador 18: Crianças e adolescentes com idade de 10 a 17 anos analfabetos	27
Indicador 19: Adolescentes fora da escola	28
Indicador 20: Crianças que frequentam a creche	28
Indicador 21: Crianças que frequentam a pré-escola	29
Indicador 22: Adolescentes que frequentam o EJA	29
Indicador 23: Rendimento escolar	29
Indicador 24: Total de projetos desenvolvidos pela SME por tema	30
Indicador 25: Média de projetos por criança ou adolescente do município desenvolvidos pela SME/SME	31
Indicador 26: Projetos da Secretaria Municipal de Turismo e Cultura	31
Indicador 27: Números de Fichas de Comunicação de Aluno Infrequente (FICAI) emitidas no município e reincidência por aluno	32
Indicador 28: Taxa de notificação de violação do direito à Educação, Esporte, Cultura e Lazer	33
Indicador 29: Taxa de notificação de má conduta	33
Indicador 30: Taxa de natalidade	34
Indicador 31: Mortalidade Infantil	34
Indicador 32: Baixo peso ao nascer	35

Indicador 33: Pré-natais insuficientes.....	35
Indicador 34: Gravidez na adolescência.....	36
Indicador 35: Taxa de Agravos	36
Indicador 36: Taxa de atendimento psicológico na faixa etária de 0 a 17 anos	37
Indicador 37: Taxa de uso de medicamento controlado na faixa etária de 0 a 17 anos	38
Indicador 38: Taxa de notificação de violação do direito à Vida e Saúde de crianças e adolescentes no município.....	38
Indicador 39: Crianças e Adolescentes com Benefício de Prestação Continuada (BPC).....	39
Indicador 40: Taxa de notificação da violência física	40
Indicador 41: Taxa de notificação da violência sexual	40
Indicador 42: Taxa de notificação da violência psicológica.....	41
Indicador 43: Taxa de notificação de Crime Cibernético.....	42
Indicador 44: Taxa de Ato Infracional	42

1. BREVE APRESENTAÇÃO DO MUNICÍPIO

Localizado a uma distância de 155 km da Capital Porto Alegre, Cotiporã recebeu este nome de origem indígena no qual “coti” significa um lugar ou casa e “porá” significa bonito, e como o próprio nome diz, é um município de extrema beleza natural. Possui um grande potencial turístico refletido nas belezas naturais nos segmentos de turismo de aventura e turismo ecológico.

Figura 1: Localização do Município de Cotiporã no Estado do Rio Grande do Sul



Além disso, Cotiporã incentiva os trabalhos artesanais que utilizam as mais variadas técnicas, algumas características próprias da região, que acabam por preservar e valorizar os costumes trazidos pelos nossos colonizadores. Atualmente a cidade conta com um número expressivo de artesãos, o que demonstra a valorização e o fortalecimento da atividade. Atualmente existe o espaço Artesanato Cotiporã que está instalado junto ao Centro de Informações Turísticas. Um ambiente disponibilizado pela prefeitura para receber os artesanatos e disponibilizá-los para os turistas. Além de disponibilizar o ambiente, promove cursos de capacitação, oferece transportes a feiras e viagens para trocas de conhecimentos e experiências.

Figura 2: Amostra de artesanatos de Cotiporã



2. METODOLOGIA

O Diagnóstico Municipal da Situação das Crianças e Adolescentes de Cotiporã foi realizado no último trimestre de 2017 com apoio financeiro da Ceran Cia Enérgica Rio das Antas.

O objetivo principal do diagnóstico é aproximar o poder público e a sociedade civil da realidade das comunidades onde as crianças e os adolescentes estão inseridas, além de oferecer um panorama dos indicadores sociais referentes aos direitos fundamentais do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) e verificar ações necessária no município para o atendimento pleno da política da criança e do adolescente.

O levantamento de dados se baseou em um ano fechado de informações, neste caso 2016, dos dias 01/01/2016 a 31/12/2016. Todo o levantamento feito no município se baseou na coleta de dados para mensurar indicadores referentes aos 5 grupos de direitos regulamentados no ECA:



Os indicadores que estão representados neste caderno foram obtidos através das seguintes pesquisas:

- A “Pesquisa Documental” através de dados disponibilizados por instituições como a Secretaria Municipal da Educação e Desporto, Secretaria Municipal da Saúde e Assistência Social (SMSAS), Secretaria Municipal de Turismo e Cultura (SMTC), Delegacia, o Conselho Tutelar, Instituições não governamentais, dados secundários como os do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), Departamento de Informática do Sistema Único de Saúde (DATASUS) e Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP). São informações públicas sobre o contexto socioeconômico das crianças e dos

adolescentes e sobre violações de seus direitos estabelecidos pelo ECA, agrupadas conforme divisão geográfica que será apresentada adiante;

- A “Pesquisa de Percepção dos Adolescentes”, aplicada aos adolescentes com idade de 12 a 17 anos, traz dados do perfil comportamental em relação ao trabalho, drogas, hábitos e opiniões sobre a cidade. A realização desta pesquisa é importante para conhecer e compreender as percepções dos adolescentes sobre seu contexto social e comportamental, identificando hábitos e situações vivenciadas pelos mesmos. Mais detalhes da metodologia da pesquisa serão apresentados no capítulo referente à mesma;
- Grupos de conversa realizados no decorrer do projeto com as instituições de atendimento, fazendo com que elas tivessem participação ativa neste projeto, expondo suas maiores preocupações e anseios em relação às crianças e adolescentes do município.

O conhecimento dos dados de todas as pesquisas e a análise conjunta dessas informações produzidas é fundamental para o gerenciamento adequado das políticas públicas voltadas ao atendimento das crianças e dos adolescentes do município. Por mais que se saiba que nem todas as ocorrências relacionadas à violação de direitos são registradas, é importante conhecer o universo de atendimento do município para dimensionamento da rede e como esses dados são registrados.

A análise foi dividida em tópicos:

- Indicadores do município que corresponde a variáveis relacionadas às características da população, dos domicílios e dos responsáveis por domicílios do município;
- Indicadores do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) que contém os direitos fundamentais da criança e do adolescente, previsto no Estatuto, que compreende em cinco eixos: Vida e Saúde; Educação, Cultura, Esporte e Lazer; Convivência Familiar e Comunitária; Liberdade, Respeito e Dignidade; Profissionalização e Proteção ao Trabalho. Cada informação, quando disponível foi relacionada ao local de moradia sempre em convergência com os setores censitários do IBGE e divisão territorial do município;
- Análise do resultado da pesquisa de percepção dos adolescentes;
- Resultados das conversas em grupo;

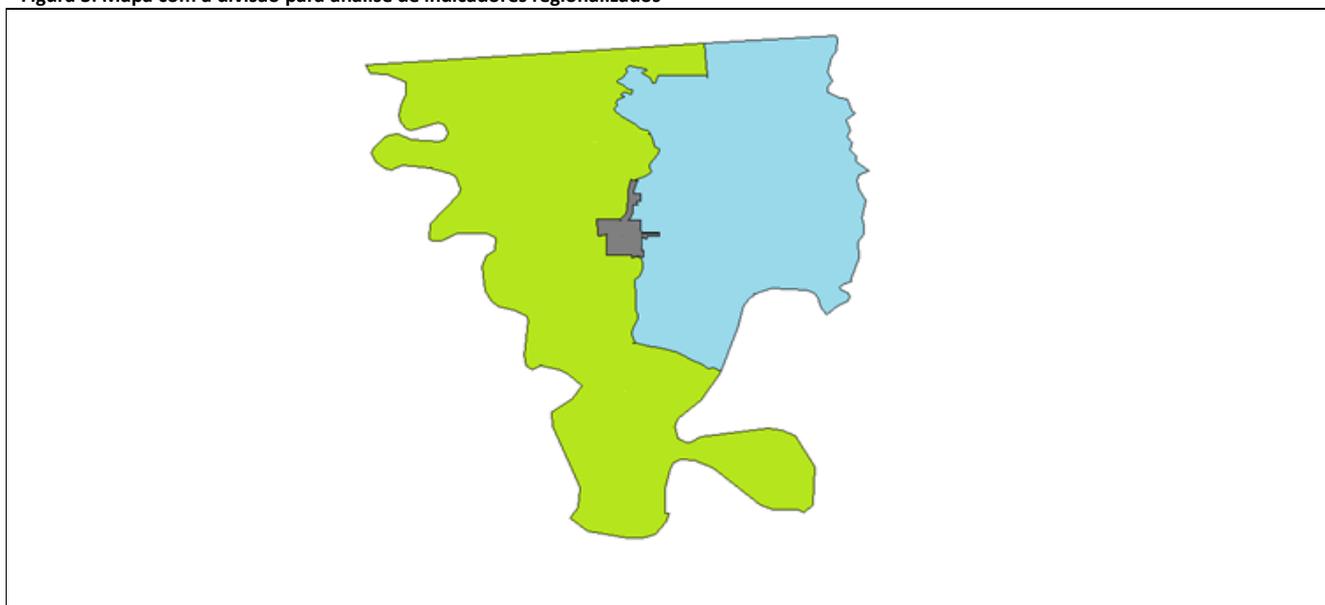
- Análise propositiva com recomendações construída de forma participativa com o município.

Como já comentado, outro fator que foi levado em consideração na análise foi a divisão territorial do município. Abaixo, segue o mapa subdividido, organizando os setores censitários do IBGE e a denominação de bairros ou localidades do município para melhor avaliação dos indicadores e definição de área de atuação.

Divisão do Município:

Legenda	Região Geográfica	Setor IBGE	Localidade
	Centro	430595905000001 430595905000002 430595905000007	Loteamento Bento, Zalamena, Linha Brasil, Sede
	Região 1	430595905000003 430595905000004 430595905000006	São Judas Tadeu, Monte Bérico, São Pedro, Nossa Senhora dos Navegantes, São Casemiro, São Marcos, Nossa Senhora do Rosário, São Roque, Nossa Senhora Auxiliadora, Nossa Senhora Caravagio, Nossa Senhora de Fátima, São Valentin, São José, Nossa Senhora do Carmo, São Caetano, Santo Antônio do Maro, Nossa Senhora da Pompéia, Sagrado Coração de Jesus, São Vicente, Morro do Céu, Linha 14 de Julho, Santa Lúcia, Linha Natividade, Reginatto
	Região 2	430595905000005 430595910000001 430595910000002	Santo Antônio, Lajeado Bonito, São Bras, Santos Anjos, Nossa Senhora das Graças, Nossa Senhora do Pedancino, São João, Santa Cruz, Linha Frei Caneca, Julio de Castilhos, Pedancino.

Figura 3: Mapa com a divisão para análise de indicadores regionalizados



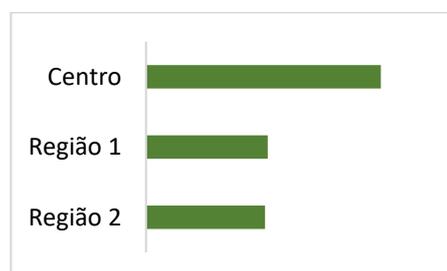
1. PERFIL SOCIODEMOGRÁFICOS DO MUNICÍPIO

A população de Cotiporã cresceu apenas 2,1% de 2010 para 2017 segundo dados de projeção do IBGE.

Indicador 1: Total de habitantes do município

Total de habitantes no município no ano do Censo Demográfico do IBGE.

Região Geográfica	População		Domicílios	
	Total	(%)	Total	Densidade
Cotiporã	3.917	100,0%	1.246	3,1
Centro	1.932	49,3%	682	2,8
Região 1	1.004	25,6%	284	3,5
Região 2	981	25,0%	280	3,5



Fonte: IBGE (Censo Demográfico), 2010.

Nota: A projeção populacional do IBGE 2017 foi de 4.000 habitantes em Cotiporã, apresentando um crescimento de 2,1% em relação a 2010.

Densidade Domiciliar	
Brasil:	3,3
Rio Grande do Sul:	3,0

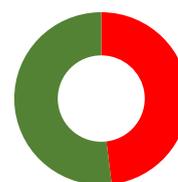
A população masculina é maior que a feminina em Cotiporã (51,9%), sendo mais acentuado na Região 1 e 2 (aproximadamente 54%).

Indicador 2: Total de habitantes do município por sexo

Total de habitantes do município no ano do Censo Demográfico do IBGE por sexo.

Região Geográfica	Feminina		Masculino	
	Total	(%)	Total	(%)
Cotiporã	1.884	48,1%	2.033	51,9%
Centro	966	50,0%	966	50,0%
Região 1	463	46,1%	541	53,9%
Região 2	455	46,4%	526	53,6%

Masculino
51,9%



Feminina
48,1%

Fonte: IBGE (Censo Demográfico), 2010.

% População Feminina	
Brasil:	51,0%
Rio Grande do Sul:	51,3%

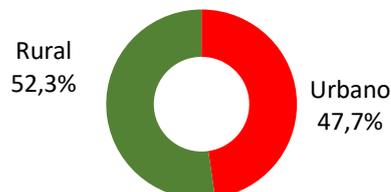
Cotiporã tem a maioria da sua população na área Rural (52,3%).

Indicador 3: Total de habitantes do município por zona rural ou urbana

Total de habitantes no município no ano do Censo Demográfico do IBGE por zona rural ou urbana.

Região Geográfica	Total	(%)
Cotiporã	3.917	100,0%
Urbano	1.869	47,7%
Rural	2.048	52,3%

Fonte: IBGE (Censo Demográfico), 2010.



% População Rural	
Brasil:	15,6%
Rio Grande do Sul:	14,9%

Sobre a infraestrutura a Região 1 é a mais deficiente, mais de 80% dos domicílios não tem abastecimento de água e ainda 31,0% não tem coleta de lixo.

Indicador 4: Características de infraestrutura do município

Número de domicílios sem infraestrutura região geográfica, mostrando as regiões com altos percentuais de domicílios sem infraestrutura (sem abastecimento de água, sem coleta de lixo, etc.).

Região Geográfica	Domicílio Próprio	Sem abastecimento da Rede Geral	Sem Energia Elétrica	Sem Banheiro	Sem Coleta de Lixo	Sem Rede de Esgoto ou Fossa Séptica	Baixa Renda ⁽¹⁾
Cotiporã	87,2%	39,2%	0,1%	0,1%	12,1%	13,7%	0,9%
Centro	81,2%	12,5%	0,1%	0,0%	1,0%	1,2%	0,4%
Região 1	94,4%	84,9%	0,0%	0,4%	31,0%	47,5%	1,4%
Região 2	94,6%	57,9%	0,0%	0,0%	10,4%	10,0%	1,4%

Fonte: IBGE (Censo Demográfico), 2010.

(1) Família com renda familiar per capita inferior a ¼ SM

A população de 0 a 17 anos em Cotiporã representa em média 18,6% do total de habitantes do município. O Centro é onde mais tem crianças e adolescentes, isso devido ao total populacional que mora na região.

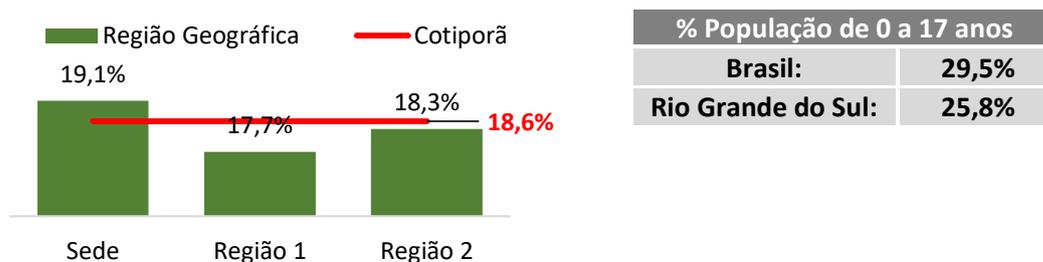
Indicador 5: População de crianças e adolescentes por faixa etária

Total populacional de crianças e adolescentes por faixa etária e região geográfica.

Região Geográfica	De 0 a 5 anos		De 6 a 11 anos		De 12 a 17 anos		Total de 0 a 17 anos		
	Total	(%) Faixa etária	Total	(%) Faixa etária	Total	(%) Faixa etária	Total	(%) Faixa etária	(%) Por Região ⁽¹⁾
Cotiporã	141	100,0%	246	100,0%	340	100,0%	727	100,0%	18,6%
Centro	73	51,8%	131	53,3%	165	48,5%	369	50,8%	19,1%
Região 1	34	24,1%	57	23,2%	87	25,6%	178	24,5%	17,7%
Região 2	34	24,1%	58	23,6%	88	25,9%	180	24,8%	18,3%

Fonte: IBGE (Censo Demográfico), 2010.

Nota: Percentual construído com o total populacional de 0 a 17 anos sobre o total populacional do município. Representa o percentual de crianças e adolescentes que tem na região geográfica.



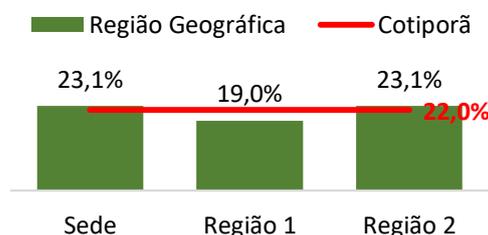
A RDJ é bem baixa em Cotiporã, mostrando um provável movimento de saída dos jovens da cidade.

Indicador 6: Razão de Dependência Jovem – RDJ²

Razão entre a população de 0 a 14 anos, sobre a população de 15 a 59 anos. Percentuais altos significam que a região possui muitas crianças e adolescentes para serem sustentado por pouco adultos.

Região Geográfica	De 0 a 14 anos - Inativa	De 15 a 59 anos - Ativa	RDJ
Cotiporã	553	2.510	22,0%
Sede	290	1.256	23,1%
Região 1	124	651	19,0%
Região 2	139	603	23,1%

Fonte: IBGE (Censo Demográfico), 2010.



Razão de Dependência Jovem	
Brasil:	37,0%
Rio Grande do Sul:	31,8%

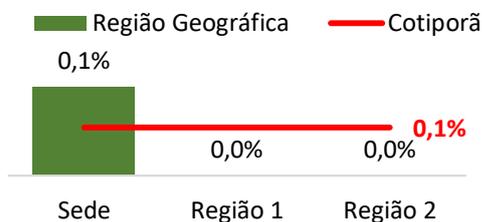
²Este indicador tem uma relação que varia de 0% a 100%, sendo que 0% indica que não existe nenhuma criança e/ou adolescente na região para ser sustentado por adultos e 100% indica que a região só tem crianças e adolescentes, sem nenhum adulto para sustentá-los. Obviamente, esses limites são extremos e improváveis, porém regiões geográficas que fogem do padrão geral sinaliza que o município deve tratar de forma mais aprofundada, pois se referem às regiões que pode apresentar maiores vulnerabilidades e trabalho infantil.

O indicador de responsáveis por domicílios adolescentes também é baixo, apenas 0,1%. Bem abaixo do Brasil e do Estado do Rio Grande do Sul.

Indicador 7: Percentual de responsáveis adolescentes

Total de adolescentes responsáveis sobre o total de responsáveis por domicílios no município por região geográfica.

Região Geográfica	Responsáveis		
	Total	Adolescentes	(%)
Cotiporã	1.248	1	0,1%
Sede	683	1	0,1%
Região 1	285	0	0,0%
Região 2	280	0	0,0%



Fonte: IBGE (Censo Demográfico), 2010.

% de Adolescentes Responsáveis	
Brasil:	0,7%
Rio Grande do Sul:	0,6%

1. REDE DE ATENDIMENTO MAPEADA

A rede de atendimento de Cotiporã/RS voltado às crianças e adolescentes, conta com a Secretaria Municipal de Saúde e Assistência Social, a Secretaria Municipal de Educação e Desporto, a Secretaria Municipal de Turismo e Cultura, a Escola Estadual de Ensino Médio Professor Jacintho Silva, o Conselho Tutelar e a Delegacia de Polícia Civil, dispostos conforme tabela a seguir:

REDE DE ATENDIMENTO RELACIONADO À CRIANÇA E ADOLESCENTE DE COTIPORÃ		
Instituição	Equipamento	Programa/Serviço
Secretaria Municipal de Saúde e Assistência Social	CRAS	PAIF
		SCFV
		BPC Pessoa com deficiência
		Cadúnico
	Vigilância Epidemiológica	SIM
		SINASC
		SINAN
NAAB	Saúde Mental	
Secretária de Educação Municipal	EMEF Caminhos do Saber	Situação escolar e Projetos na escola
	E.M.E.I Amor e Carinho	
Secretaria da Educação do Estado do Rio Grande do Sul	EEEM Professor Jacintho Silva	
Secretaria Municipal de Turismo e Cultura		Arte in Cena
		Orquestra
		Coral Jovem
Conselho Tutelar		Demandas de atendimento
Delegacia de Polícia Civil		Boletins de Ocorrência

2. CONSELHO TUTELAR

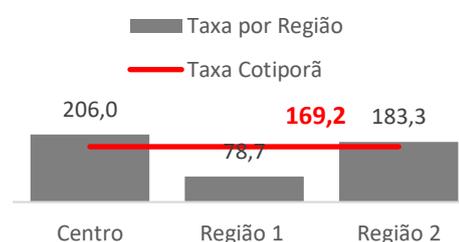
Compreendendo que as demandas do Conselho Tutelar perpassam por todos os indicadores relacionados ao Estatuto da Criança e do Adolescente, analisou-se este órgão separadamente, além de considera-lo na formulação dos indicadores, por eixo de direito, de acordo com as especificidades correspondentes.

Portanto, neste capítulo, será analisado com mais detalhes o perfil dos atendimentos do Conselho Tutelar e ainda, apresentar-se-á comparação das notificações do 1º semestre de 2016 com os dados do 1º semestre de 2017.

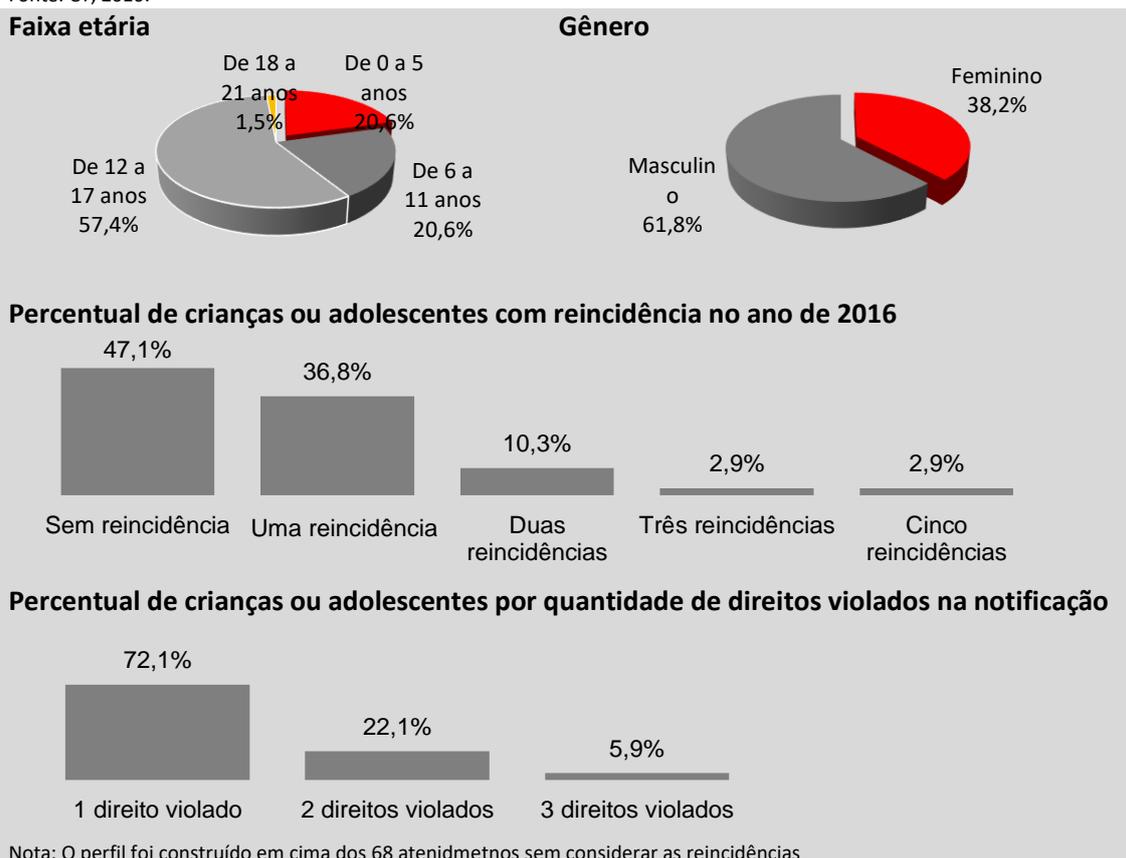
Indicador 8: Taxa de Crianças e Adolescentes com notificação no Conselho Tutelar em 2016

Número de crianças e adolescentes com notificação no CT por mil habitantes da faixa etária de 0 a 17 anos em 2016 considerando-se todas as notificações.

Região Geográfica	Notificações	População	Taxa (1.000 hab.)
Cotiporã	123	727	169,2
Centro	76	369	206,0
Região 1	14	178	78,7
Região 2	33	180	183,3



Fonte: CT, 2016.



Comparação 1º Semestre de 2016 x 2017

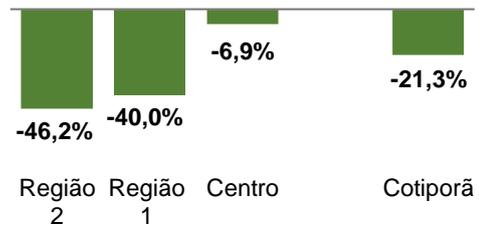
Relação de todas as notificações feitas no CT no primeiro semestre de 2016 comparado com o primeiro semestre de 2017.

Ao comparar o primeiro semestre de 2016 com o de 2017, percebe-se uma redução de 21,3% no total de notificações realizadas. Com relação aos direitos violados, considerando que uma notificação pode ter mais de uma violação de direito, teve-se uma redução de 38,0%

Comparação do número de notificações realizadas nos dois anos (1º semestre)

Região Geográfica	1º Semestre 2016	1º Semestre 2017	2017/2016
Cotiporã	47	37	-21,3%
Centro	29	27	-6,9%
Região 1	5	3	-40,0%
Região 2	13	7	-46,2%

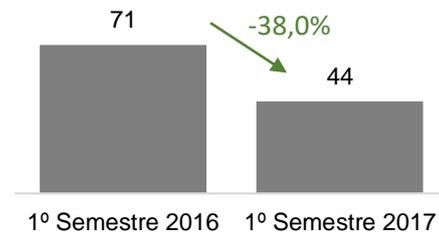
Fonte: CT, 2016.



Comparação do número de direitos violados nos dois anos (1º semestre)

Região Geográfica	1º Semestre 2016	1º Semestr e 2017	2017/2016
Cotiporã	71	44	-38,0%

Fonte: CT, 2016.



3. INDICADORES RELACIONADOS AO ECA

Iniciando o levantamento de indicadores relacionados diretamente com o tema criança e adolescente, foram mapeadas as instituições de atendimento relacionadas ao tema, e, em cada uma delas, os dados foram apresentados conforme os direitos fundamentais do ECA, como segue:

3.1 INDICADORES DO DIREITO À CONVIVÊNCIA FAMILIAR E COMUNITÁRIA

Inicia-se com o direito à CONVIVÊNCIA FAMILIAR E COMUNITÁRIA, no qual fez parte o levantamento de dados dos atendimentos do Conselho Tutelar e os dados de atendimento da Secretaria Municipal da Saúde e Assistência Social (SMSAS).

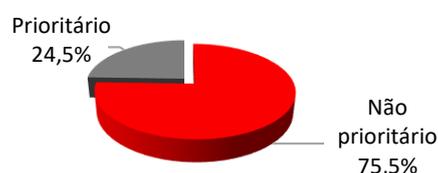
Os dados do conselho tutelar foram sistematizados segundo classificação preconizada pelo Sistema de Informação para a Infância e Adolescência (SIPIA), e os dados da SMSAS teve seus bancos de Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculo (SCFV), Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família – PAIF e do CadÚnico analisados conforme perfil de atendimento.

Começamos pelo indicado de meta de atendimento prioritário no SCFV sob o Art.º 3, da Resolução nº 01, de 21 de fevereiro de 2013 no seu § 3º que “estabelece-se como meta de atendimento de 50%, no mínimo de público prioritário” (MDS, 2013, p.3), o qual o município não atende, como mostram os dados a seguir.

Indicador 9: Meta de atendimento prioritário no SCFV

A meta de atendimento prioritário no SCFV deve ser de 50% do público atendido.

Situação	Quant.	(%)
Não prioritário	80	75,5%
Prioritário	26	24,5%
Total	106	100,0%

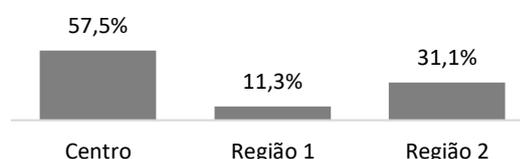


Fonte: CRAS, 2017

Região de atendimento do SCFV:

A Região mais atendida no SCFV é o Centro que corresponde à 57,5% das crianças e adolescentes do serviço.

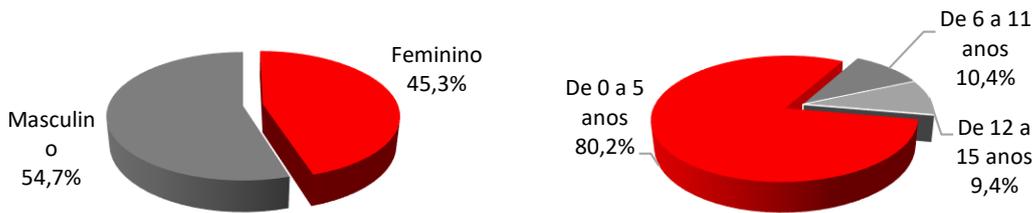
Região	Atendimento no SCFV	
	Qte.	(%)
Cotiporã	106	100,0%
Centro	61	57,5%
Região 1	12	11,3%
Região 2	33	31,1%



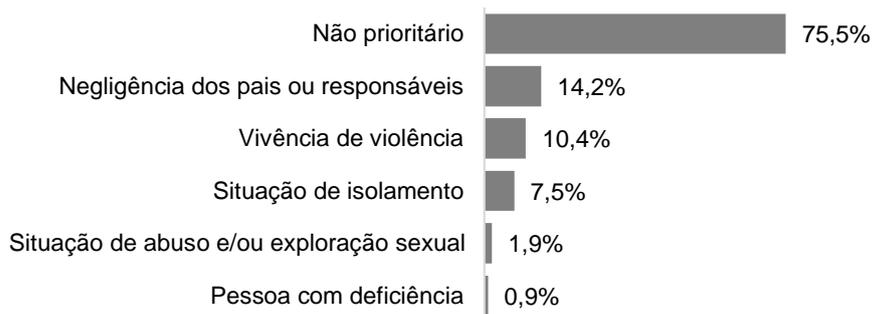
Fonte: CRAS, 2017

Perfil dos atendimentos do SCFV:

- ✓ 80,2% de 0 a 5 anos
- ✓ 54,7% do gênero masculino



Motivo do atendimento:



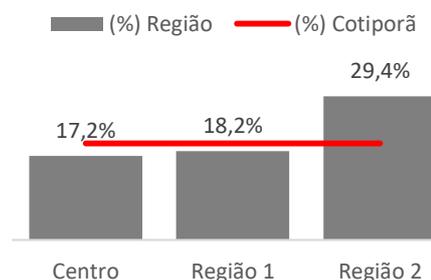
Considerando que as crianças e adolescentes que tiveram atendimento no Conselho Tutelar foram em virtude de terem sofrido alguma violação de direito, buscou-se cruzar as bases de dados do CT com as crianças e adolescentes que estavam sendo acompanhadas no SCFV, para identificar quantas delas que tiveram seus direitos violados e que estavam tendo acompanhamento. Tal relação se faz importante, principalmente pelo município não ter o equipamento do Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS), devido ao porte do município, visto que o CREAS tem como público alvo as famílias e pessoas que estão em situação de risco social ou tiveram seus direitos violados.

Logo, reforça-se a afirmação que o SCFV não está atendendo o público prioritário, conforme foi apresentado no indicador 9, além do que, apenas 19,8% das crianças e adolescentes que tiveram passagem no CT estavam em acompanhamento no CRAS, através do SCFV. Tal situação merece atenção para que seja pensado em estratégias para atender crianças e adolescentes que muitas vezes estão expostas a violação de direito ou risco social devendo, portanto, serem acompanhadas, assim como suas famílias.

Indicador 10: Percentual de atendimento do CT que estão no SCFV

Número de atendimentos no SCFV que contam com notificações no Conselho Tutelar por região de Cotiporã.

Região	Adolescentes e Crianças com notificação no CT	Adolescentes e Crianças com notificação no CT atendidas pelo SCFV	(%)
Cotiporã	86	17	19,8%
Centro	58	10	17,2%
Região 1	11	2	18,2%
Região 2	17	5	29,4%



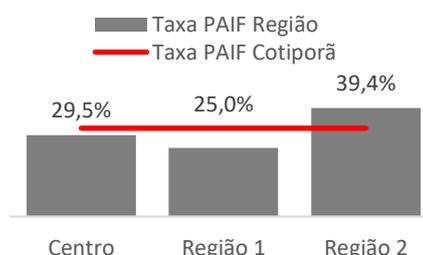
Fonte: CRAS, 2017 / Conselho Tutelar 2017.

A mesma linha de pensamento foi utilizada no Proteção e Atendimento Integral à Família (PAIF)³, e a Região 2 existe um percentual maior de atendimento, ou seja, 39,4% das crianças e adolescentes que estão no PAIF estão sendo atendidas no SCFV.

Indicador 11: Taxa de atendimento do PAIF

Número de atendimentos no PAIF por mil atendimentos do SCFV por região de Cotiporã.

Região	Quant.	(%)	Público do SCFV	(%)
Cotiporã	34	100,0%	106	32,1%
Centro	18	52,9%	61	29,5%
Região 1	3	8,8%	12	25,0%
Região 2	13	38,2%	33	39,4%

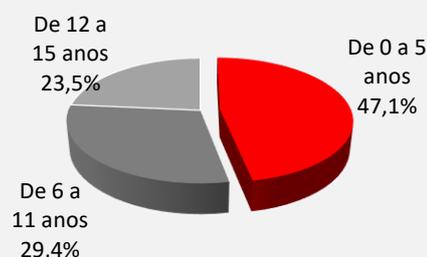


Fonte: IBGE (Censo Demográfico), 2010.

*Taxa por 100 atendimentos

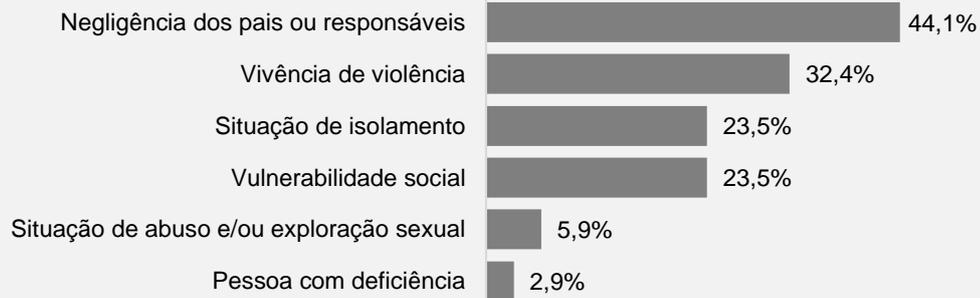
Perfil dos atendimentos do PAIF:

- ✓ 47,1% de 0 a 5 anos
- ✓ 58,8% do gênero masculino



³Consiste no trabalho social com famílias, de caráter continuado, com a finalidade de fortalecer a função protetiva da família, prevenir a ruptura de seus vínculos, promover seu acesso e usufruto de direitos e contribuir na melhoria de sua qualidade de vida. Prevê o desenvolvimento de potencialidades e aquisições das famílias e o fortalecimento de vínculos familiares e comunitários, por meio de ações de caráter preventivo, protetivo e proativo (MDS, 2013)

Motivo do atendimento:



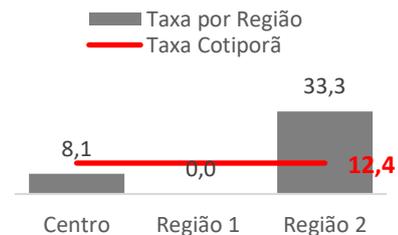
O CT apresentou apenas 9 notificações violando o direito a convivência familiar e comunitária, gerando uma taxa de 12 violações a cada mil habitantes de 0 a 17 anos, sendo esta muito maior na Região 2 (33). O fato mais comunicado foi conflito familiar (55,6%) e a mãe é a principal agente violadora (66,7%).

Indicador 12: Taxa de notificação de violação do direito à Convivência Familiar e Comunitária

Número de notificações de violação ao direito à convivência familiar e comunitária por mil habitantes da faixa etária de 0 a 17 anos.

Região Geográfica	Notificações	População	Taxa (1.000 hab.)
Cotiporã	9	727	12,4
Centro	3	369	8,1
Região 1	0	178	0,0
Região 2	6	180	33,3

Fonte: CT, 2016.



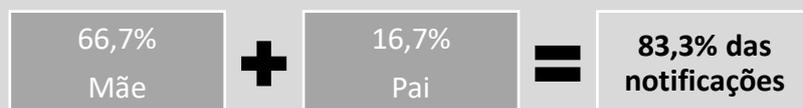
Fato comunicado:

Os fatos notificados no Conselho Tutelar referentes a violação do direito à convivência familiar e comunitária foram:



Agente violador:

Das notificações recebidas no Conselho Tutelar em 83,3% dos casos corresponderam à 2 agentes violadores:



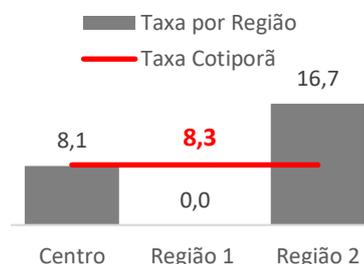
A negligência teve 6 registros, em todos os casos o fato se tratava de abandono, e novamente a mãe foi a principal agente violadora (75,0%). E, também temos novamente, uma taxa maior de ocorrência na Região 2.

Indicador 13: Taxa de notificação de Negligência

Número de notificações de negligência por mil habitantes da faixa etária de 0 a 17 anos.

Região Geográfica	Notificações	População	Taxa (1.000 hab.)
Cotiporã	6	727	8,3
Centro	3	369	8,1
Região 1	0	178	0,0
Região 2	3	180	16,7

Fonte: CT, 2016.



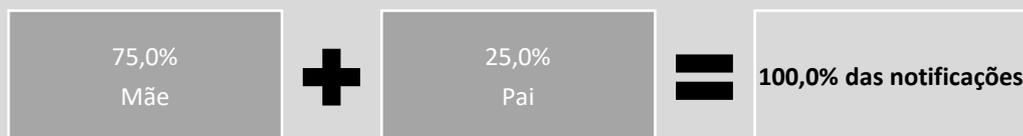
Fato comunicado:

Os fatos notificados no Conselho Tutelar referentes a negligência foram:



Agente violador:

Das notificações recebidas no Conselho Tutelar de negligência tiveram dois agentes violadores:



3.1.1 CADÚNICO

Das 310 famílias cadastradas no CADÚNICO de Cotiporã, 53,9% tem crianças ou adolescentes. Estas famílias com crianças e adolescentes tem uma renda per capita em média 30% inferior se comparada com as outras famílias. Apesar de uma renda menor, tem-se que 7,8% dessas famílias com adolescentes fazem parte do Programa Bolsa Família (PBF). Além disso, um indicador importante “número de pessoas por dormitório”, mostra que 10% das famílias com crianças e adolescentes tem mais de duas pessoas por dormitório, enquanto esse percentual nas famílias sem crianças e adolescentes de apenas 2%.

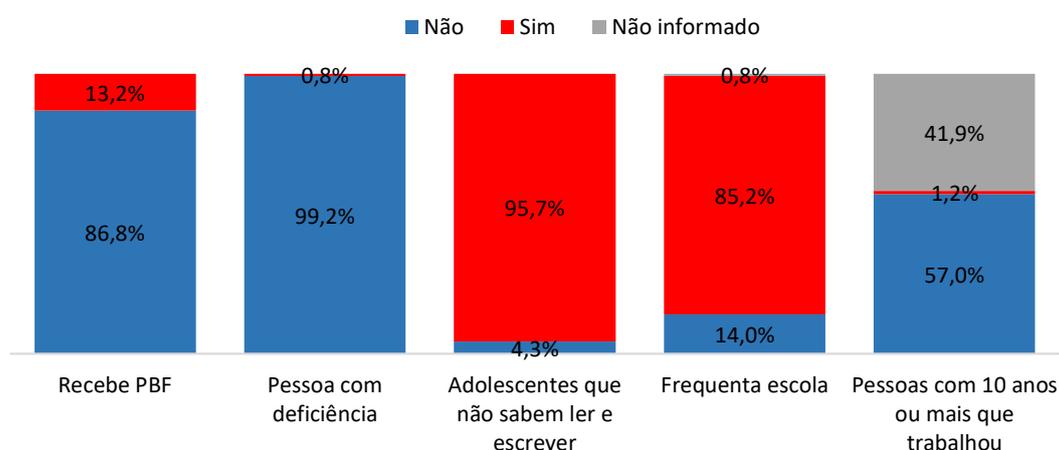
No total são 250 crianças e adolescentes, sendo 41,2% de 0 a 5 anos. Deste total, 13,2% são beneficiários do BPF. Duas informações se sobressaem no perfil destes adolescentes e

crianças, primeiro os 4,3% de adolescentes de (12 a 17 anos) que não sabem ler nem escrever e, teve-se apenas 1 caso de trabalho infantil, sendo que no Sistema de Informação de Agravos de Notificação (SINAN) foram notificados 2 acidentes graves de trabalho com adolescentes, no total de 4 registros desta gravidade.

Perfil das crianças e adolescentes das famílias cadastradas no CADÚnico

Resposta	Recebe PBF		Pessoa com deficiência		Adolescentes que não sabem ler e escrever		Frequenta escola		Pessoas com 10 anos ou mais que trabalhou	
	Número	Porcentagem	Número	Porcentagem	Número	Porcentagem	Número	Porcentagem	Número	Porcentagem
Não	217	86,8%	248	99,2%	3	4,3%	35	14,0%	49	57,0%
Sim	33	13,2%	2	0,8%	67	95,7%	213	85,2%	1	1,2%
Não informado							2	0,8%	36	41,9%
Total	250	100,0%	250	100,0%	70	100,0%	250	100,0%	86	100,0%

Fonte: SMSAS (CECAD), 2016.



3.2 INDICADORES DO DIREITO À PROFISSIONALIZAÇÃO E AO TRABALHO

Nesta parte do relatório será analisado o direito à PROFISSIONALIZAÇÃO E PROTEÇÃO NO TRABALHO, no qual fez parte o levantamento de dados dos atendimentos do Conselho Tutelar, da Secretaria Municipal da Saúde e Assistência Social (SMSAS) e IBGE 2010 (Microdados).

Os dados do conselho tutelar foram sistematizados segundo classificação preconizada pelo SIPIA, relacionando as situações referentes ao tema de profissionalização e trabalho.

A SMSAS teve extraída da sua base de CADÚnico, PAIF e do SCFV informações de trabalho infantil notificadas.

E por último, o IBGE, que investiga o tema trabalho infantil no Censo Demográfico, porém de forma ampla, sem o objetivo de captar todas as condições definidas na legislação para

caracterizar o trabalho admissível para crianças e adolescentes, a fim de separar aqueles que efetivamente deveriam ser considerados como trabalho infantil. Entretanto, permite estimar o contingente de crianças e adolescentes ocupados de 10 a 17 anos de idade e, ainda, identificar a parcela empregada com carteira de trabalho assinada, que é uma das condições exigidas pela legislação que rege a proteção trabalhista dos menores de idade para a sua admissão em emprego.

Considerou-se como trabalho em atividade econômica o exercício de:

- ✓ Ocupação remunerada em dinheiro, produtos, mercadorias ou benefícios (moradia, alimentação, roupas, treinamento etc.) na produção de bens ou serviços;
- ✓ Ocupação remunerada em dinheiro ou benefícios (moradia, alimentação, roupas, treinamento etc.) no serviço doméstico;
- ✓ Ocupação sem remuneração na produção de bens e serviços, desenvolvida em ajuda na atividade econômica, no setor privado, de morador do domicílio; ou
- ✓ Ocupação desenvolvida na produção de bens, compreendendo as atividades da agricultura, pecuária, destinados somente à alimentação de, pelo menos, um morador do domicílio.

Considerou-se como ocupada na semana de referência:

- ✓ A pessoa que exerceu algum trabalho durante pelo menos uma hora completa na semana de referência; ou
- ✓ Pessoa que tinha trabalho remunerado do qual estava temporariamente afastada nessa semana.

Considerou-se como ocupada temporariamente afastada de trabalho remunerado a pessoa que não trabalhou durante pelo menos uma hora completa na semana de referência por motivo de férias, licença remunerada pelo empregador ou por instituto de previdência, falta voluntária ao trabalho, greve, suspensão temporária do contrato de trabalho, doença, más condições do tempo, quebra de máquina, limitação de produção ou qualquer outro impedimento independente da sua vontade.

Os dois próximos indicadores se referenciam no Censo Demográfico do IBGE, e mostram percentuais altos de trabalho infantil, se comparado com os percentuais do Brasil e do Estado, em ambas as faixas etárias (10 a 13 anos e 14 a 15 anos). E ressalta-se que as taxas são mais

acentuadas na área rural (14,9% de trabalho infantil na faixa etária de 10 a 13 anos e 40,4% na faixa etária de 14 a 15 anos).

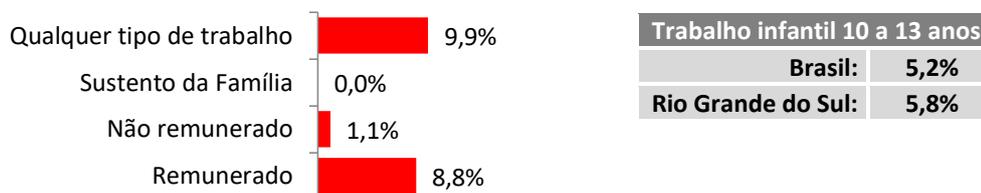
Indicador 14: Crianças e adolescentes de 10 a 13 anos em situação de trabalho

Percentual de crianças e adolescentes de 10 a 13 anos que se encontravam em situação de trabalho no Censo Demográfico do IBGE 2010.

Teve-se ao total, 9,9% das crianças e adolescentes desta faixa etária do município em situação de trabalho.

Região Geográfica	De 10 a 13 anos								Total da População de 10 a 13 anos
	Remunerado		Não remunerado		Sustento da Família		Qualquer tipo de trabalho		
	Quant.	(%)	Quant.	(%)	Quant.	(%)	Quant.	(%)	
Cotiporã	17	8,8%	2	1,1%	0	0,0%	20	9,9%	198
Rural	12	14,9%	0	0,0%	0	0,0%	12	14,9%	81
Urbana	5	4,6%	2	1,9%	0	0,0%	8	6,5%	117

Fonte: IBGE (Censo Demográfico), 2010.



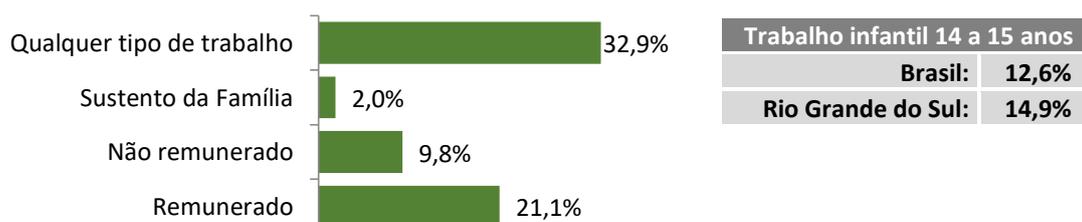
Indicador 15: Crianças e adolescentes de 14 a 15 anos em situação de trabalho

Percentual de crianças de 14 a 15 anos que se encontravam em situação de trabalho no Censo Demográfico do IBGE 2010.

Teve-se ao total, 32,9% dos adolescentes desta faixa etária do município em situação de trabalho.

Região Geográfica	De 14 a 15 anos								Total da População de 14 a 15 anos
	Remunerado		Não remunerado		Sustento da Família		Qualquer tipo de trabalho		
	Quant.	(%)	Quant.	(%)	Quant.	(%)	Quant.	(%)	
Cotiporã	26	21,1%	12	9,8%	2	2,0%	41	32,9%	125
Rural	22	36,2%	0	0,0%	2	4,1%	24	40,4%	60
Urbana	5	7,2%	12	18,8%	0	0,0%	17	26,0%	65

Fonte: IBGE (Censo Demográfico), 2010.



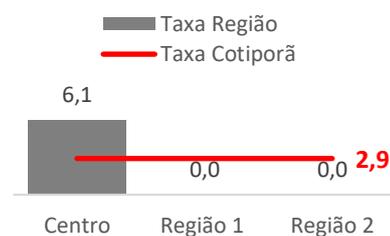
Foi encontrado registrado na rede de atendimento de Cotiporã apenas 1 adolescentes de 17 anos que declarou ter trabalhado sem carteira assinada. Essa informação foi extraída da base de dados do CADÚnico.

Indicador 16: Taxa de notificação de violação do direito à Profissionalização ao Trabalho

Número de notificações de violação ao direito à profissionalização ao trabalho por mil habitantes da faixa etária de 0 a 17 anos.

Região Geográfica	Notificações	População	Taxa (1.000 hab.)
Cotiporã	1	340	2,9
Centro	1	165	6,1
Região 1	0	87	0,0
Região 2	0	88	0,0

Fonte: SMSAS (CECAD), 2016.



3.3 INDICADORES DO DIREITO À EDUCAÇÃO, ESPORTE, CULTURA E LAZER

Nesta parte do relatório será analisado o direito à EDUCAÇÃO, CULTURA, ESPORTE E LAZER, no qual fez parte o levantamento de dados do IBGE 2010 (Microdados), dados da Secretaria Municipal de Educação (SME), da Secretaria Municipal de Turismo e Cultura (SMTC) e da Secretaria Estadual de Educação (SEE), e também, dados dos atendimentos do Conselho Tutelar.

Os dados da SME trazem informações de projetos e da situação escolar do ano de 2016 dos alunos da rede municipal. Das outras secretarias, SMTC e SEE foram levantados dados de atendimento nos projetos.

Também foram analisadas as Ficha de Comunicação de Aluno Infrequente, conhecida como FICAI, a qual foi instituída em 1997 em Porto Alegre através de parceria entre: o Ministério Público, a Secretaria Estadual de Educação, a Secretaria Municipal de Educação de Porto Alegre e Conselhos Tutelares. O objetivo da FICAI⁴ é de estabelecer o controle da infrequência e do abandono escolar de crianças e adolescentes.

Os dados do Conselho Tutelar foram sistematizados segundo classificação preconizada pelo Sistema de Informação para a Infância e Adolescência (Sipia), sendo que neste grupo estão relacionadas situações como: Ausência ou impedimento de acesso à creche ou pré-escola; Impedimento de acesso ao ensino fundamental; Impedimento de acesso ao ensino médio;

⁴Em 14 de agosto de 2012, o Ministério Público do RS, com a anuência dos demais parceiros, firmou o convênio 23/2012 com a PROCEMPA com o objetivo de desenvolver um sistema informatizado da FICAI para dar maior agilidade nos encaminhamentos da ficha. O acompanhamento do sistema pela web, através dos órgãos envolvidos, aumenta a probabilidade do retorno do aluno à escola. A FICAI ON-LINE nada mais é que a FICAI em formato eletrônico em que a Escola, o Conselho Tutelar e o Ministério Público concentram esforços para manter o aluno na escola, permitindo ao Poder Público, através dos dados colhidos com a aplicação da ficha, a construção de políticas públicas em prol da garantia do direito à educação (MPRS, s/d).

Impedimento de permanência no sistema escolar; Ausência de condições educacionais adequadas; Ausência ou impedimento de uso de equipamento de cultura, esporte e lazer; Atos atentatórios ao exercício da cidadania.

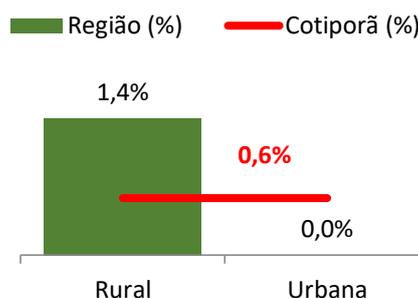
O município tem taxas baixas, na média de criança e adolescente fora da escola, 0,6%, porém na área rural esse indicador é maior, chega a 1,4%.

Indicador 17: Crianças fora da escola

Percentual de crianças e ou adolescente com idade de 6 a 14 anos, que não frequentam a escola.

Região Geográfica	De 6 a 14 anos		
	Total	Fora da Escola	Região (%)
Cotiporã	406	2	0,6%
Rural	171	2	1,4%
Urbana	236	0	0,0%

Fonte: IBGE (Censo Demográfico Microdados), 2010.



% Crianças Fora da Escola	
Brasil:	1,6%
Rio Grande do Sul:	1,7%

No Censo Demográfico do IBGE (2010) Cotiporã não apresentava nenhuma criança ou adolescentes de 10 a 17 anos analfabeto (sem ler e nem escrever). Todavia, se observarmos os registros apresentados no Consulta, Seleção e Extração de Informações do CadÚnico (CECAD), extraído em 2017, teve-se registrado 3 adolescentes de 12 a 17 anos que não sabem ler e escrever.

Indicador 18: Crianças e adolescentes com idade de 10 a 17 anos analfabetos

Percentual de crianças e ou adolescentes analfabetos, com idade de 10 a 17 anos.

Cotiporã não apresentava em 2010 crianças ou adolescentes analfabetos.

Fonte: IBGE (Censo Demográfico Microdados), 2010.

% Crianças e Adolescentes Analfabetos	
Brasil:	3,3%
Rio Grande do Sul:	1,3%

No caso de adolescentes fora da escola, Cotiporã, na sua área rural sobressai os indicadores do Brasil e do Estado do Rio Grande do Sul, chegando a ter 24,3% dos adolescentes da região rural fora da escola.

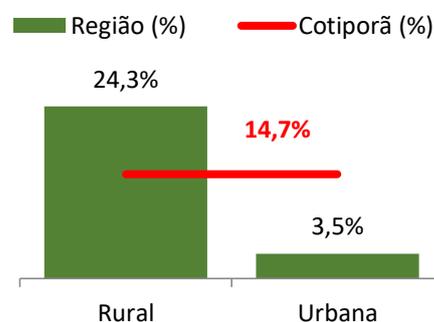
Indicador 19: Adolescentes fora da escola

Percentual de adolescentes com idade de 15 a 17 anos, que não frequentam a escola.

Região Geográfica	De 15 a 17 anos		
	Total	Fora da Escola	Região (%)
Cotiporã	187	27	14,7%
Rural	101	24	24,3%
Urbana	87	3	3,5%

Fonte: IBGE (Censo Demográfico Microdados), 2010.

% Adolescentes Fora da Escola	
Brasil:	15,7%
Rio Grande do Sul:	15,5%



O indicador de frequentar a creche no município era de 41,1%, chegando a 60,3% na região urbana.

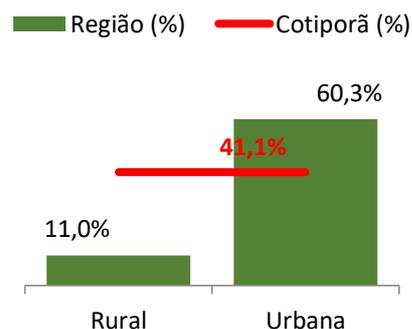
Indicador 20: Crianças que frequentam a creche

Percentual de crianças com idade de 0 a 3 anos que frequentam creche.

Região Geográfica	De 0 a 3 anos		
	Total	Frequentam	Região (%)
Cotiporã	82	34	41,1%
Rural	32	4	11,0%
Urbana	50	30	60,3%

Fonte: IBGE (Censo Demográfico Microdados), 2010.

% Crianças que Frequentam a Creche	
Brasil:	23,2%
Rio Grande do Sul:	29,9%



Em 2010 Cotiporã tinha 50 crianças na pré-escola. Em 2016 esse número passou para 56 (SME, 2016). Provavelmente o indicador subiu um pouco por que houve um aumento de vagas, porém se observarmos a quantidade de nascidos vivos nos últimos anos, Cotiporã deve ter atualmente aproximadamente 70 crianças (DATASUS) em idade de pré-escola, o que faz que as 56 vagas não atinjam o 100%.

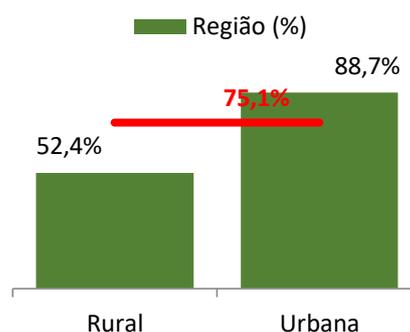
Indicador 21: Crianças que frequentam a pré-escola

Percentual de crianças com idade de 4 a 5 anos que frequentam a Pré-Escola.

Região Geográfica	De 4 a 5 anos		
	Total	Frequentam	Região (%)
Cotiporã	67	50	75,1%
Rural	25	13	52,4%
Urbana	42	37	88,7%

Fonte: IBGE (Censo Demográfico Microdados), 2010.

% Crianças que Frequentam a Pré-Escola	
Brasil:	81,4%
Rio Grande do Sul:	63,8%



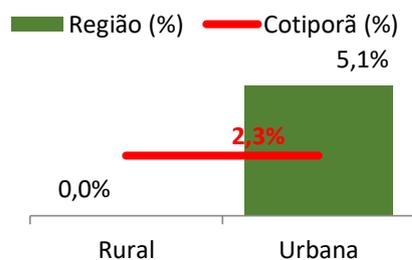
O número de adolescentes que frequentam o EJA era bem baixo em 2010, apenas 4 adolescentes.

Indicador 22: Adolescentes que frequentam o EJA

Percentual de adolescentes com idade de 15 a 17 anos, que frequentam a escola destinada à Educação de Jovens e Adultos (EJA).

Região Geográfica	De 15 a 17 anos		
	Total	Frequentam	Região (%)
Cotiporã	187	4	2,3%
Rural	101	0	0,0%
Urbana	87	4	5,1%

Fonte: IBGE (Censo Demográfico Microdados), 2010.



Sobre o rendimento escolar destacamos a escola EEEM Caminhos do Saber com um alto percentual de reprovação (19,25) e de abandono (1,6%). Os maiores do município.

Indicador 23: Rendimento escolar

Indicadores de rendimento escolar (aprovação, reprovação e abandono) por etapa de ensino e escola de Cotiporã

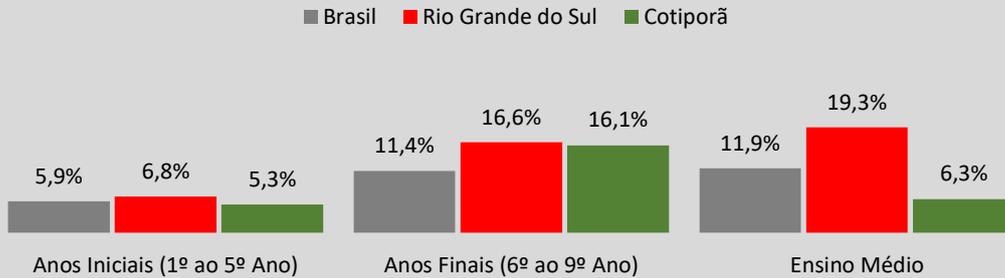
Nome da Escola	Etapa	Aprovação	Reprovação	Abandono
EMEF Caminhos do Saber	Anos Iniciais (1º ao 5º Ano)	94,7%	5,3%	0,0%
EEEM Professor Jachinto da Silva	Anos Finais (6º ao 9º Ano)	100,0%	0,0%	0,0%
EMEF Caminhos do Saber	Anos Finais (6º ao 9º Ano)	79,2%	19,2%	1,6%
EEEM Professor Jachinto da Silva	Ensino Médio	92,4%	6,3%	1,3%

Fonte: Censo da Educação Básica 2016/INEP.

Comparação do Município de Cotiporã com os percentuais de Reprovação do Estado do Rio Grande do Sul e do Brasil

Etapa	Brasil	Rio Grande do Sul	Cotiporã
Anos Iniciais (1º ao 5º Ano)	5,9%	6,8%	5,3%
Anos Finais (6º ao 9º Ano)	11,4%	16,6%	16,1%
Ensino Médio	11,9%	19,3%	6,3%

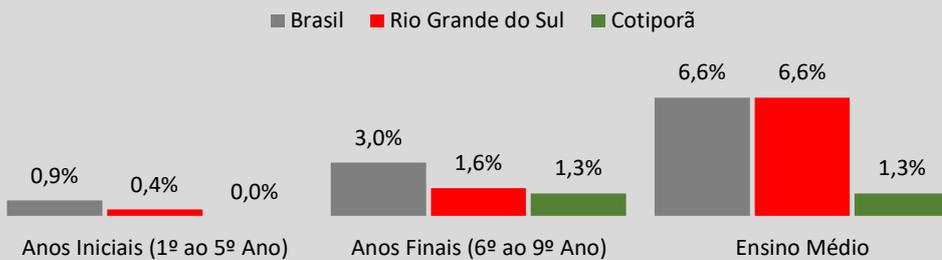
Fonte: Censo da Educação Básica 2016/INEP.



Comparação do Município de Cotiporã com os percentuais de Abandono do Estado do Rio Grande do Sul e do Brasil

Etapa	Brasil	Rio Grande do Sul	Cotiporã
Anos Iniciais (1º ao 5º Ano)	0,9%	0,4%	0,0%
Anos Finais (6º ao 9º Ano)	3,0%	1,6%	1,3%
Ensino Médio	6,6%	6,6%	1,3%

Fonte: Censo da Educação Básica 2016/INEP.

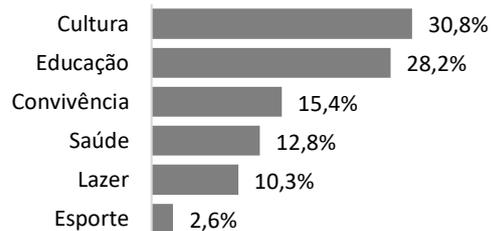


A SME com a SEE realizaram 39 projetos em Cotiporã durante o ano de 2016, sendo a maioria na área de cultura 30,8%.

Indicador 24: Total de projetos desenvolvidos pela SME por tema

Número de projetos desenvolvidos pela SME no município.

Tema	Quant.	(%)
Total	39	100,0%
Cultura	12	30,8%
Educação	11	28,2%
Convivência	6	15,4%
Saúde	5	12,8%
Lazer	4	10,3%
Esporte	1	2,6%



Fonte: SME/SEE, 2010.

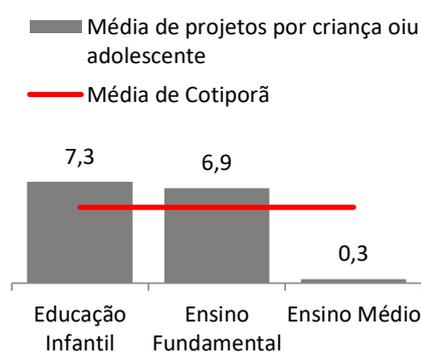
Nota: No Apêndice 1 poderá ser visto todos os projetos e sua descrição

Foi construído um indicador de média de projetos por aluno em cada etapa de ensino, e percebeu-se que no Ensino Médio é a etapa com menos projetos desenvolvidos pelas secretarias, apenas 0,3 alunos são atingidos por algum projeto, enquanto na educação infantil cada aluno participa de 7,3 projetos.

Indicador 25: Média de projetos por criança ou adolescente do município desenvolvidos pela SME/SME

Número de alunos atendidos pelos projetos desenvolvidos pela SME e pela SEE dividido pelo total populacional conforme a faixa etária da etapa de ensino (Educação Infantil de 0 a 5 anos, Ensino Fundamental de 6 a 14 anos e Ensino Médio de 15 a 17 anos), dando origem ao número médio de projetos que uma criança ou adolescente de Cotiporã participa por etapa de ensino.

Etapa de Ensino	Participantes de Projetos	População Total*	Média de projetos por criança ou adolescente
Cotiporã	4.003	727	5,5
Educação Infantil	1.033	141	7,3
Ensino Fundamental	2.832	412	6,9
Ensino Médio	53	174	0,3
Não informado**	85	-	-



Fonte: SME/SEE, 2010.

*População total baseada na faixa etária de cada etapa de ensino

**Escolinha de futsal que atende faixas etárias variadas

No que tange os projetos da STC forma realizados durante o ano 3 projetos, totalizando 33 crianças e adolescente participando.

Indicador 26: Projetos da Secretaria Municipal de Turismo e Cultura

Total de oficinas e de crianças e adolescentes envolvidos em projetos de cultura.

Oficina	Quant.	(%)
Total	33	100,0%
Orquestra	13	39,4%
Arte in Cena	10	30,3%
Coral Jovem	10	30,3%



Fonte: SMTC, 2016.

Perfil do atendimento:

- ✓ 66,7% do gênero feminino;
- ✓ 75,8% entre 12 e 17 anos;
- ✓ 72,7% residentes da Região Central.

Nota: As três oficinas de cultura ainda atendem mais 31 pessoas entre jovens, adultos e idosos.

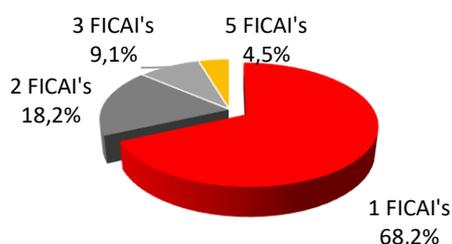
Também foram analisadas no tema da educação as Fichas de Comunicação de Aluno Infrequente (FICAI), que somaram 34 notificações emitidas para 22 alunos. Observou-se nos dados que a EEEM Professor Jacintho Silva aplica mais FICAI do que a EMEF Caminhos do Saber, e anteriormente observou-se com os dados do Censo Escolar de 2016 que na EMEF Caminhos do Saber tanto o abandono escolar como a reprovação são maiores, o que pode ser um indício que a FICAI está trazendo um resultado positivo na EEEM Professor Jacintho Silva, a qual aplica mais notificações e tem menores índices de abandono e de reprovação.

Sobre o perfil, se observarmos a taxa de aplicação de FICAI por total de alunos, isso por região, tem-se que a Região 2 é a que mais tem FICAI por aluno, ou seja, a reincidência do FICAI é maior na Região 2.

Indicador 27: Números de Fichas de Comunicação de Aluno Infrequente (FICAI) emitidas no município e reincidência por aluno

Número de FICAI emitidas durante o ano de 2016 na rede de ensino de Cotiporã e quantidade de alunos diferentes nas fichas emitidas, com informação de número de reincidências.

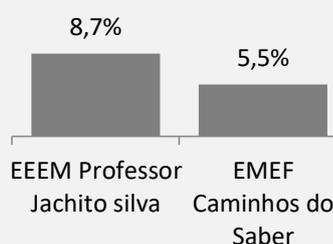
Número de FICAI's por aluno	Alunos		Total de FICAI's
	Quant.	(%)	
Total	22	100,0%	34
1 FICAI's	15	68,2%	15
2 FICAI's	4	18,2%	8
3 FICAI's	2	9,1%	6
5 FICAI's	1	4,5%	5



Fonte: SMED, 2016.

Percentual de alunos com FICAI pelo total de matriculados por escola

Escola	Matriculados 2016	FICAI	Relação FICAI por Matrícula
EEEM Professor Jachinto Silva	103	9	8,7%
EMEF Caminhos do Saber	236	13	5,5%



Fonte: SMED, 2016.

Relação de quantidade de alunos notificados pelo número de FICAI aplicados por região

Região Geográfica	Quant.	Total de FICAI	Relação FICAI/População
Cotiporã	22	34	1,5
Centro	15	21	1,4
Região 1	3	3	1,0
Região 2	4	10	2,5

Fonte: SMED, 2016.

Perfil do atendimento:

- ✓ 54,6% do gênero masculino;
- ✓ 81,8% entre 12 e 17 anos.

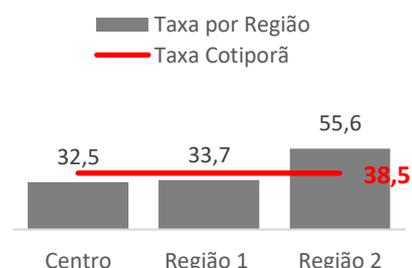
Cotiporã registrou no CT 28 notificações de violação do direito à educação, esporte, cultura e lazer, sendo a Região 2 novamente a com maior taxa, chegando a 55 casos a cada mil habitantes. A frequência escolar (46,4%) é o principal motivos e o agente violador acaba sendo o próprio adolescente (41,75).

Indicador 28: Taxa de notificação de violação do direito à Educação, Esporte, Cultura e Lazer

Número de notificações de violação ao direito à educação, esporte, cultura e lazer por mil habitantes da faixa etária de 0 a 17 anos.

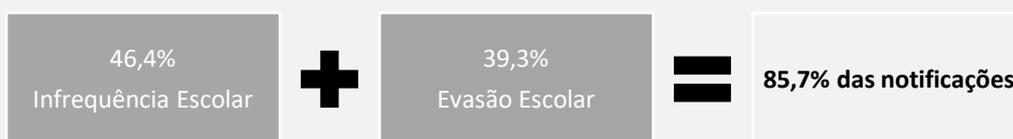
Região Geográfica	Notificações	População	Taxa (1.000 hab.)
Cotiporã	28	727	38,5
Centro	12	369	32,5
Região 1	6	178	33,7
Região 2	10	180	55,6

Fonte: CT, 2016.



Fato comunicado:

Das notificações recebidas no Conselho Tutelar 85,7% dos fatos foram:



Agente violador:

Das notificações recebidas no Conselho Tutelar 86,1% correspondem aos agentes violadores:



O município registrou apenas um caso de a conduta referente a um mal comportamento escolar.

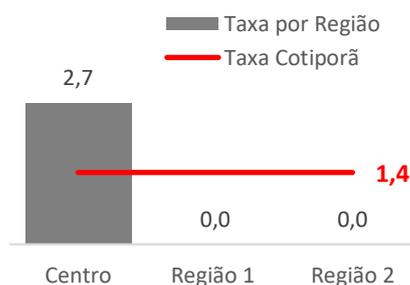
Indicador 29: Taxa de notificação de má conduta

Número de notificações de má conduta por mil habitantes da faixa etária de 0 a 17 anos.

Região Geográfica	Notificações	População	Taxa (1.000 hab.)
Cotiporã	1	727	1,4
Centro	1	369	2,7
Região 1		178	0,0
Região 2		180	0,0

Fonte: CT, 2016.

Nota: a má conduta foi notificada com o fato “Mau comportamento familiar / escolar” e o agente violador foi o próprio adolescente/criança



3.4 INDICADORES DO DIREITO À VIDA E SAÚDE

Neste tópico, será analisado o direito à VIDA E SAÚDE, no qual fez parte o levantamento os dados Secretaria Municipal da Saúde e Assistência Social (SMSAS), Departamento de Informática do Sistema Único de Saúde (DATASUS) e dos atendimentos do Conselho Tutelar referentes a violação deste direito

Os dados do DATASUS foram bases para o cálculo dos indicadores de natalidade, mortalidade e outros. Os dados de atendimento da SMSAS trouxeram informações de uso de medicamentos controlados e de atendimento psicológico na faixa etária em análise.

Os dados do Conselho Tutelar foram sistematizados segundo classificação preconizada pelo Sistema de Informação para a Infância e Adolescência (Sipia).

Começa-se a apresentação dos indicadores pela taxa de natalidade do município, que foi de 7,1 por mil habitantes, a metade registrada no Brasil em 2015 (14,1).:

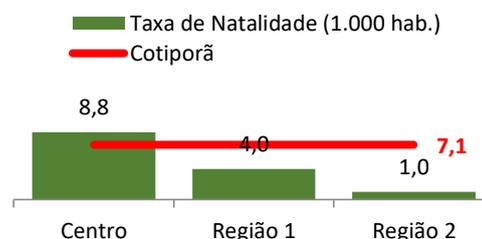
Indicador 30: Taxa de natalidade

Nascidos vivos por mil habitantes.

Região Geográfica	Nascidos Vivos	População Total*	Taxa de Natalidade (1.000 hab.)
Cotiporã	28	3.917	7,1
Centro	17	1.932	8,8
Região 1	4	1.004	4,0
Região 2	1	981	1,0
Não informado	6	0	-

Fonte: SINASC, 2016.

*IBGE (Censo Demográfico), 2010.



Taxa de Natalidade	
Brasil:	14,2
Rio Grande do Sul:	11,9

Fonte: IBGE, 2015.

Cotiporã não registrou óbito infantil em 2016.

Indicador 31: Mortalidade Infantil

Total de óbitos de crianças menores de um ano de idade.

Nenhum registro em 2016 de mortalidade infantil.

Fonte: SINASC, 2016.

Mortalidade Infantil	
Brasil:	13,8
Rio Grande do Sul:	9,9

Fonte: IBGE, 2015.

Cotiporã também não registrou nenhum nascido vivo com baixo peso.

Indicador 32: Baixo peso ao nascer

Percentual de nascidos vivos com peso inferior a 2,5 kg.

Nenhum registro em 2016 de recém-nascido com baixo peso.

Fonte: SINASC, 2016.

Baixo Peso ao Nascer	
Brasil:	8,4%
Rio Grande do Sul:	9,3%

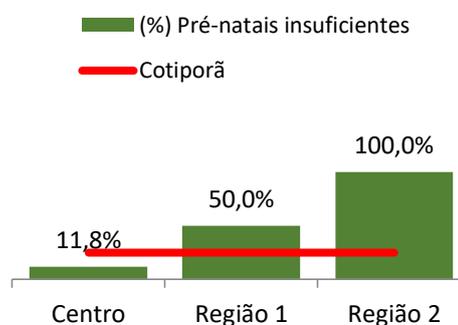
Fonte: DATASUS (SINASC), 2015.

A questão de pré-natal mostra que a única grávida da Região 2 teve seis ou menos pré-natais. No geral, o indicador de pré-natal insuficiente em Cotiporã está aproximadamente igual ao do estado, 25%.

Indicador 33: Pré-natais insuficientes

Percentual de nascidos vivos com 6 ou menos pré-natais.

Região Geográfica	Nascidos vivos com 6 ou menos pré-natais	Nascidos vivos	(%) Pré-natais insuficientes
Cotiporã	7	28	25,0%
Centro	2	17	11,8%
Região 1	2	4	50,0%
Região 2	1	1	100,0%
Não informado	2	6	33,3%



Fonte: SINASC, 2016.

Pré-natais insuficientes	
Brasil:	37,6%
Rio Grande do Sul:	25,9%

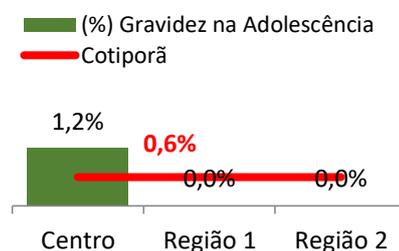
Fonte: DATASUS (SINASC), 2015.

Apenas uma adolescente teve filho em Cotiporã no ano de 2016.

Indicador 34: Gravidez na adolescência

Percentual de mulheres residentes com idade de 12 a 17 anos, que tiveram filhos nascidos vivos.

Região Geográfica	Gravidez de Adolescentes de 12 a 17 anos	População de 12 a 17 anos Feminina	(%) Gravidez na Adolescência
Cotiporã	1	168	0,6%
Centro	1	83	1,2%
Região 1	0	42	0,0%
Região 2	0	43	0,0%



Fonte: SINASC, 2016.

Gravidez na adolescência	
Brasil:	3,3%
Rio Grande do Sul:	1,3%

Fonte: DATASUS/SIM/SINASC, 2013.

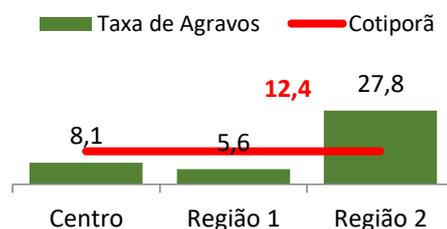
Nota: O percentual de adolescentes grávidas do Estado do Rio Grande do Sul e do Brasil foi retirado do DATASUS nas faixas etárias entre 10 a 14 anos e 15 a 19 anos.

Na taxa de agravos, a qual foi analisada com base nos dados do Sistema de Informação de Agravos de Notificação (SINAN) mostraram 9 casos na faixa etária de 0 a 17 anos, sendo dois deles acidentes de trabalho graves com adolescentes.

Indicador 35: Taxa de Agravos

Número de agravos por mil habitantes de 0 a 17 anos.

Região Geográfica	Notificações	População de 0 a 17 anos	Taxa de Agravos
Cotiporã	9	727	12,4
Centro	3	369	8,1
Região 1	1	178	5,6
Região 2	5	180	27,8



Fonte: SINAN, 2016.

Nota: Importante ressaltar que Cotiporã registrou 4 acidentes de trabalho graves em 2016, sendo que 2 destes foram com adolescentes, ou seja, os acidentes de trabalho graves com adolescentes representaram 50% do total de acidentes de trabalho graves do município (SINAN, 2016).

Das notificações de agravos, 55,5% correspondem a 2 tipos de notificações:

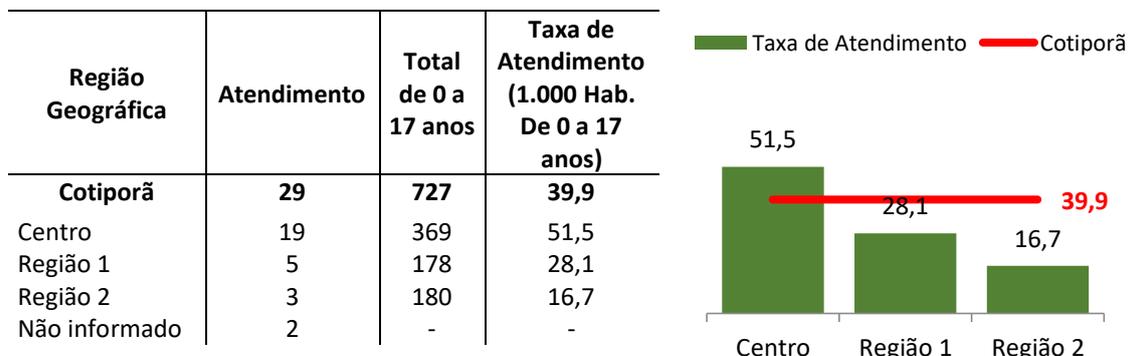


Nota: as outras notificações tiveram uma ocorrência cada (Acidente por animal peçonhento; Atendimento antirrábico; Caxumba; e Sífilis).

Cotiporã conta com um atendimento psicológico, que em 2016 atendeu 29 crianças e adolescentes, sendo a maioria delas residentes no Centro. Na maioria dos casos são do gênero masculino é adolescente (12 a 17 anos). O principal motivo que leva a necessidade do tratamento são os problemas familiares (21,6%).

Indicador 36: Taxa de atendimento psicológico na faixa etária de 0 a 17 anos

Número de crianças e adolescentes que receberam atendimento psicológico em 2016 por mil habitantes da mesma faixa etária.



Fonte: SMSAS, 2016.

Perfil do atendimento:

- ✓ 72,4% do gênero masculino;
- ✓ 55,2% entre 12 e 17 anos e outros 41,4% entre 6 e 11 anos;
- ✓ Os quatro principais motivos para o acompanhamento psicológico são:



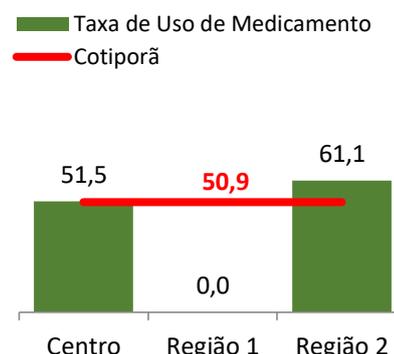
Sobre o uso de medicamento controlado o município possui 29 crianças e adolescentes que fazem uso deste tipo de medicamento. Na Região 1 não se registrou nenhum caso. O motivo do uso do remédio em 37,8% dos casos é a depressão, nos quais os adolescentes fazem uso de medicamentos antidepressivos.

Indicador 37: Taxa de uso de medicamento controlado na faixa etária de 0 a 17 anos

Número de crianças e adolescentes que faziam uso de medicamento controlado em 2016 por mil habitantes da mesma faixa etária.

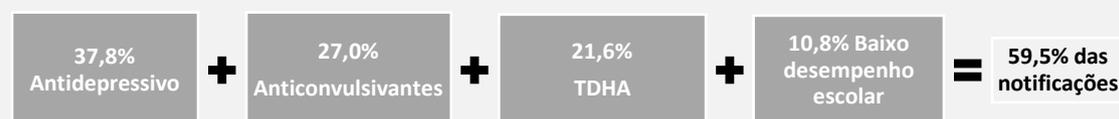
Região Geográfica	Uso de medicamento controlado	Total de 0 a 17 anos	Taxa de Uso de Medicamento (1.000 Hab. De 0 a 17 anos)
Cotiporã	29	727	39,9
Centro	19	369	51,5
Região 1	0	178	0,0
Região 2	11	180	61,1
Não informado	7	-	-

Fonte: SMSAS, 2016.



Perfil do atendimento:

- ✓ 43,3% do gênero feminino;
- ✓ 56,8% entre 12 e 17 anos;
- ✓ Os três principais motivos para o uso de medicamentos controlados são:



Nota: TDHA - Transtorno do Déficit de Atenção com Hiperatividade

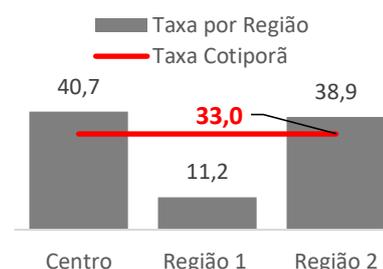
No CT foram registradas 24 notificações de violação do direito à vida e saúde. Novamente a Região 1 apresentou a menor taxa, de 11 casos a cada mil habitantes. O principal motivo é o uso de bebida alcóolica e/ou outras drogas (45,8%), seguido da negligência com a saúde (41,7%).

Indicador 38: Taxa de notificação de violação do direito à Vida e Saúde de crianças e adolescentes no município

Número de notificações de violação ao direito à vida e saúde por mil habitantes da faixa etária de 0 a 17 anos.

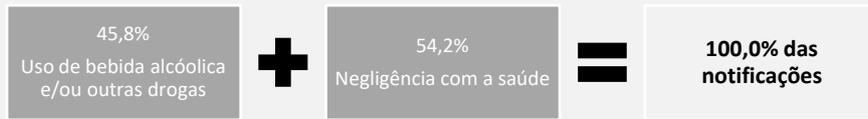
Região Geográfica	Notificações	População	Taxa (1.000 hab.)
Cotiporã	24	727	33,0
Centro	15	369	40,7
Região 1	2	178	11,2
Região 2	7	180	38,9

Fonte: CT, 2016.



Fato comunicado:

Das notificações recebidas no Conselho Tutelar os fatos comunicados em relação a violação do direito à vida e saúde foram:

**Agente violador:**

Das notificações recebidas no Conselho Tutelar 97,0% correspondem a 3 principais agentes violadores:

**Indicador 39: Crianças e Adolescentes com Benefício de Prestação Continuada (BPC)**

Percentual de crianças e adolescentes que recebem BPC no município.

Em 2016 todas as pessoas beneficiadas pelo BPC tinham 18 anos ou mais, ou seja, não havia nenhuma criança ou adolescente recebendo o benefício durante o ano.

Fonte: SMAS, 2010.

3.5 INDICADORES DO DIREITO À LIBERDADE, RESPEITO E DIGNIDADE

Iniciando o tema que levanta informações sobre o direito à LIBERDADE, RESPEITO E DIGNIDADE, no qual fez parte o levantamento de dados dos atendimentos do conselho tutelar e da delegacia registrados no decorrer do ano de 2016 em Cotiporã.

Os dados do conselho tutelar foram sistematizados segundo classificação preconizada pelo Sistema de Informação para a Infância e Adolescência (Sipia), sendo que neste grupo estão relacionadas situações como: Violência física; Violência psicológica; Violência sexual. Além também do Ato Infracional, contemplado neste capítulo.

Os fatos listados acima foram agrupados em indicadores gerando taxas de ocorrência a cada mil habitantes da faixa etária de crianças e adolescentes, e ainda os dados da delegacia contribuíram neste item para a formulação do indicador de atos infracionais, informando os dados de menores em conflito com a lei.

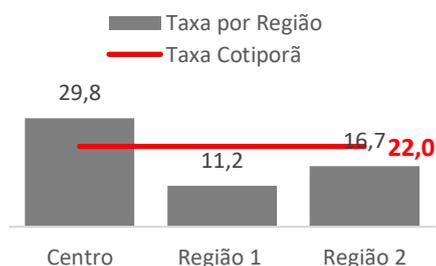
A violência física foi registrada 16 vezes no CT, gerando uma taxa de ocorrência de 22 casos a cada mil habitantes. O local onde mais ocorre é no Centro e tem como principal agente violador notificado o pai (31,8%).

Indicador 40: Taxa de notificação da violência física

Número de notificações de violação ao direito à violência física por mil habitantes da faixa etária de 0 a 17 anos.

Região Geográfica	Notificações	População	Taxa (1.000 hab.)
Cotiporã	16	727	22,0
Centro	11	369	29,8
Região 1	2	178	11,2
Região 2	3	180	16,7

Fonte: CT, 2016.



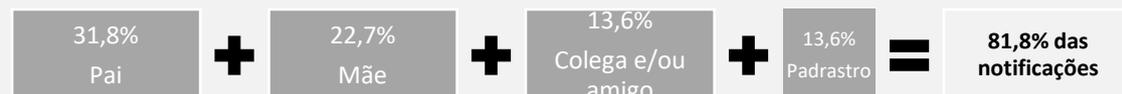
Fato comunicado:

Das notificações recebidas no Conselho Tutelar 87,5% dos fatos comunicados foram:



Agente violador:

Das notificações recebidas no Conselho Tutelar 81,8% delas tiveram os seguintes agente violadores:



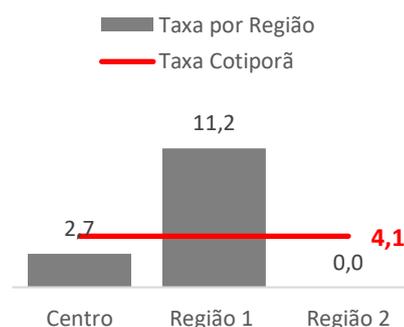
A violência sexual foi registrada 3 vezes e um dos casos se tratava de prostituição. O agente violador neste caso, foram, na maioria dos casos um “vizinho”.

Indicador 41: Taxa de notificação da violência sexual

Número de notificações de violação ao direito à violência sexual por mil habitantes da faixa etária de 0 a 17 anos.

Região Geográfica	Notificações	População	Taxa (1.000 hab.)
Cotiporã	3	727	4,1
Centro	1	369	2,7
Região 1	2	178	11,2
Região 2		180	0,0

Fonte: CT/Delegacia, 2016.

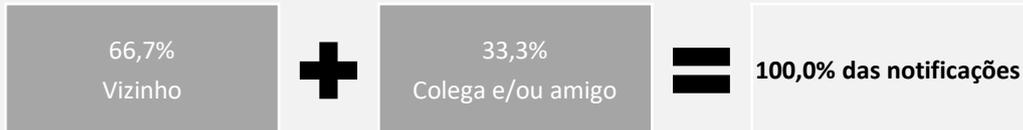


Fato comunicado:

Das notificações recebidas no Conselho Tutelar ou na Delegacia os fatos comunicados forma:

**Agente violador:**

Das notificações recebidas de violência sexual os agentes violadores foram:

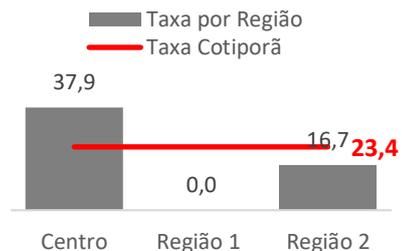


Novamente o Centro se destaca entre as maiores taxas de violência psicológica (23 casos a cada mil), e também a Região 1 não teve nenhum registro.

Indicador 42: Taxa de notificação da violência psicológica

Número de notificações de violação ao direito à violência psicológica por mil habitantes da faixa etária de 0 a 17 anos.

Região Geográfica	Notificações	População	Taxa (1.000 hab.)
Cotiporã	17	727	23,4
Centro	14	369	37,9
Região 1		178	0,0
Região 2	3	180	16,7

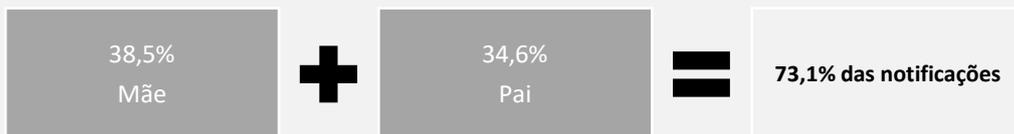


Fonte: CT, 2016.

Nota: O fato comunicado na violência psicológica né a própria violência psicológica em 82,4% das notificações.

Agente violador:

Das notificações recebidas no Conselho Tutelar de violência psicológicas os agentes violadores foram:



Cotiporã registrou três casos de crimes cibernéticos, fato este muito raro na identificação dos registros no CT. Foram registrados casos tanto no Centro como na Região 2. E novamente a Região 1 não teve nenhum registro.

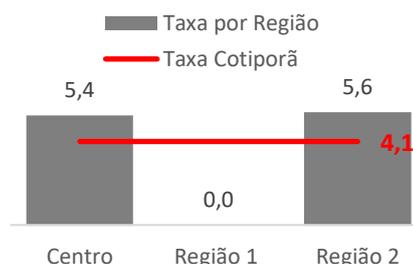
Indicador 43: Taxa de notificação de Crime Cibernético

Número de notificações de crime cibernético por mil habitantes da faixa etária de 0 a 17 anos.

Região Geográfica	Notificações	População	Taxa (1.000 hab.)
Cotiporã	3	727	4,1
Centro	2	369	5,4
Região 1	0	178	0,0
Região 2	1	180	5,6

Fonte: CT, 2016.

Nota: Todos os crimes cibernéticos se trataram de exposição na internet e o agente violador era o próprio adolescente.



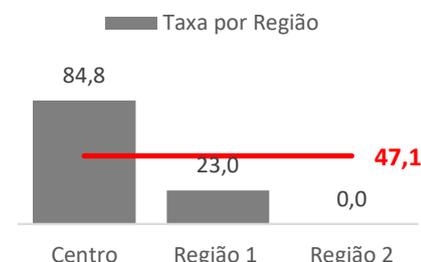
Em relação ao ato infracional, foram totalizados 16 casos entre adolescentes com registro na delegacia e no CT de ato infracional. A maioria são de residência no Centro, o qual gera uma taxa alta de 84 notificações a cada mil adolescentes. O principal motivo é a direção sem habilitação (43,8%).

Indicador 44: Taxa de Ato Infracional

Número de notificações de ato infracional por mil habitantes da faixa etária de 12 a 17 anos.

Região Geográfica	Notificações	População 12 a 17 anos	Taxa (1.000 hab.)
Cotiporã	16	340	47,1
Centro	14	165	84,8
Região 1	2	87	23,0
Região 2	0	88	0,0

Fonte: CT/Delegacia, 2016.



Fato comunicado:

Os dois principais motivos e atos infracionais são:



4. PESQUISA COM ADOLESCENTES DE COTIPORÃ

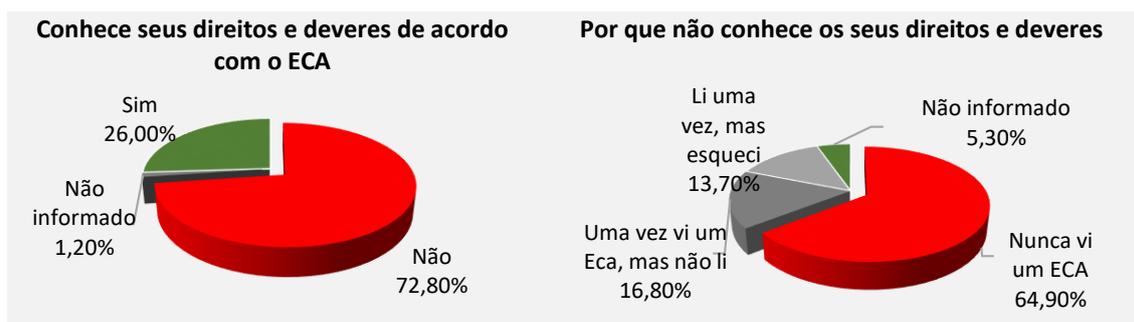
A pesquisa foi realizada no segundo semestre de 2017, e totalizou 173 entrevistas com adolescentes de 12 a 17 anos no município. A amostra teve uma confiança de 95% e uma margem de erro de 5,2%. As entrevistas foram realizadas nas escolas, e os instrumentais foram de autopreenchimento, ou seja, os adolescentes foram orientados e preencheram sozinhos os instrumentais. Também ressaltamos que as respostas são autodeclaratórias.

- **Sobre o perfil:**

Sobre a composição da amostra o gênero masculino representou 46,8% da amostra, e apenas 8,1% optou por não informar o gênero, e todos estudavam, no ensino fundamental anos finais ou no ensino médio. A pesquisa encontrou 5 adolescentes que se declararam em união estável (2,9%) e apenas 1 com filho (0,6%). Com relação à deficiência, 13,9% afirmaram ter alguma deficiência (24 entrevistados), sendo que a principal deficiência citada foi a visual, em um grau leve (16 adolescentes).

- **Sobre o conhecimento do Eca:**

Na avaliação de conhecimento dos seus direitos, 72,8% afirmou não conhecer, e destes 64,9% dos entrevistados afirmou nunca ter visto o ECA.



Apesar do desconhecimento em relação ao Eca, 86,7% dos entrevistados sabem onde fica o Conselho Tutelar e 86,6% afirmam também saber a função do CT.

- **Sobre a cidade:**

Apenas 15% afirma não gostar de Cotiporã, os outros, 85% afirmam que gostam. Os que não gostam relatam:

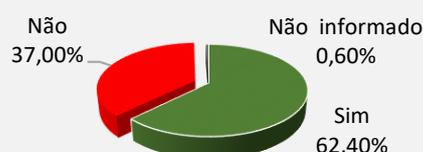
Por que não gosta da cidade



Apesar de poucos não gostarem de Cotiporã, a maioria quer morar em outra cidade (62,4%). A cidade mais citada foi Bento Gonçalves, o qual representou 24,8% dos adolescentes que querem morar em outra cidade e 25,0% ainda não sabem especificar qual cidade seria.

Conhece seus direitos e deveres de acordo com o ECA

Resposta	Quant.	(%)
Sim	108	62,40%
Não	64	37,00%
Não informado	1	0,60%
Total	173	100,00%

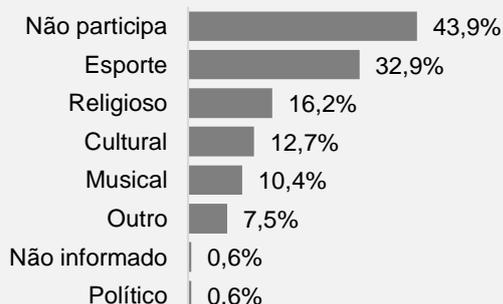


- Sobre a convivência familiar e comunitária:**

Entrando no tema de convivência familiar e comunitária, 43,9% dos adolescentes de Cotiporã não participam de grupos. Dos que participam, 32,9% praticam algum esporte.

Conhece seus direitos e deveres de acordo com o ECA

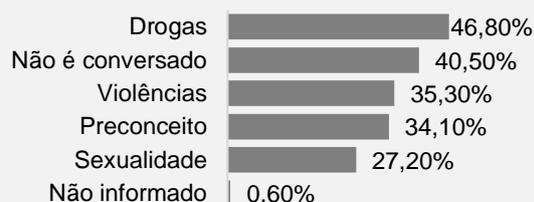
Resposta	Quant.	(%)
Não participa	76	43,9%
Esporte	57	32,9%
Religioso	28	16,2%
Cultural	22	12,7%
Musical	18	10,4%
Outro	13	7,5%
Não informado	1	0,6%
Político	1	0,6%
Total	173	100,0%



Em relação ao convívio familiar 49,1% afirmam que é ótimo e 35,8% bom, tendo 1,2% considerando-o como péssimo. Sobre os assuntos conversados, percebeu-se uma falta de diálogo nas famílias, pois 40,5% dos adolescentes afirmaram que não conversam sobre violência, preconceito, drogas e sexualidade em casa.

Conhece seus direitos e deveres de acordo com o ECA

Assunto	Qte.	(%)
Drogas	81	46,8%
Não é conversado	70	40,5%
Violências	61	35,3%
Preconceito	59	34,1%
Sexualidade	47	27,2%
Não informado	1	0,6%
Total	173	100,0%



- Sobre a cultura e o esporte:**

O ginásio de esportes é o espaço público, mas utilizado pelos adolescentes de Cotiporã, 67,1% dos adolescentes frequentam o ginásio de esportes. A biblioteca é a menos utilizada, apenas 38,7% vão regularmente a biblioteca.

Espaço público que utiliza

Resposta	Biblioteca		Ginásio		Pracinha	
	Quant.	(%)	Quant.	(%)	Quant.	(%)
Não utilizo	87	50,3%	43	24,9%	57	32,9%
Sim, utilizo	67	38,7%	116	67,1%	82	47,4%
Não informado	19	11,0%	14	8,1%	34	19,7%
Total	173	100,0%	173	100,0%	173	100,0%

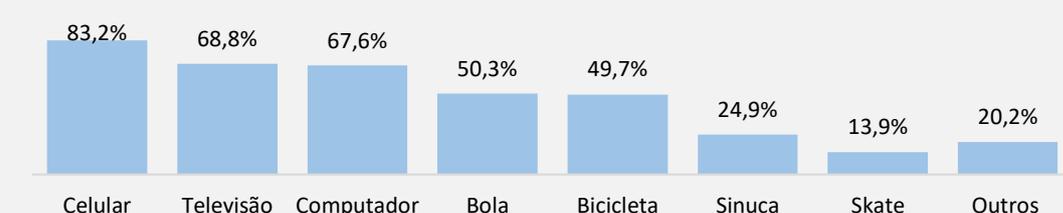
Entre os motivos de não utilização, em todos os casos, quase 60% das afirmações são relacionadas a não gostar de frequentar o espaço, seja o ginásio, a biblioteca ou a praça.

Por que não utiliza os espaços públicos

Por que não	Biblioteca		Ginásio		Pracinha	
	Quant.	(%)	Quant.	(%)	Quant.	(%)
Não tem onde moro	14	16,1%	5	11,6%	6	10,5%
Não gosto	51	58,6%	27	62,8%	34	59,6%
Não informado	19	21,8%	11	25,6%	16	28,1%
Outro	3	3,4%	0	0,0%	1	1,8%
Total	87	100,0%	43	100,0%	57	100,0%

Sobre os equipamentos pessoais mais utilizados para o lazer, o celular é apontado por 83,2% dos adolescentes entrevistados.

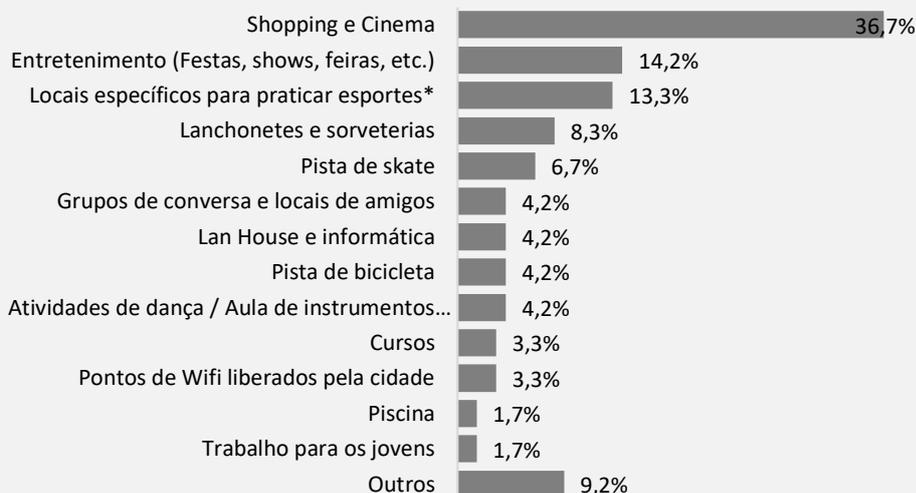
Equipamentos pessoais você utiliza para lazer



Para 30,6% dos adolescentes não falta nada na cidade para o lazer, porém a maioria (69,4%) respondeu que a cidade carece de opções para o lazer. Destes que sentem falta de

alguma atividade (120 adolescentes entrevistados), 36,7% sentem falta de shopping e cinema, 14,2% sentem falta de entretenimento como festas e shows, e, outros 13,3% sentem falta de locais para práticas de esporte, tais como escolinha de futebol e basquete, quadra poliesportivas e atividades que possam proporcionar o uso dos ginásios já existentes, e ainda, foi mencionado da existência de ginásios mais próximos da zona rural.

O que você mais sente falta na cidade



*Escolas de futebol e basquete, ginásio próximos, quadras poliesportivas, etc.

Sobre os projetos e oficinas ofertados pela Secretaria Municipal de Educação e Desporto e Secretaria Municipal de Turismo e o mais conhecido é o futsal, dos quais 89,0% conhecem o projeto. O menos conhecido é coral jovem com apenas 67,6% afirmando saber que existe o projeto.

Conhece os projetos?

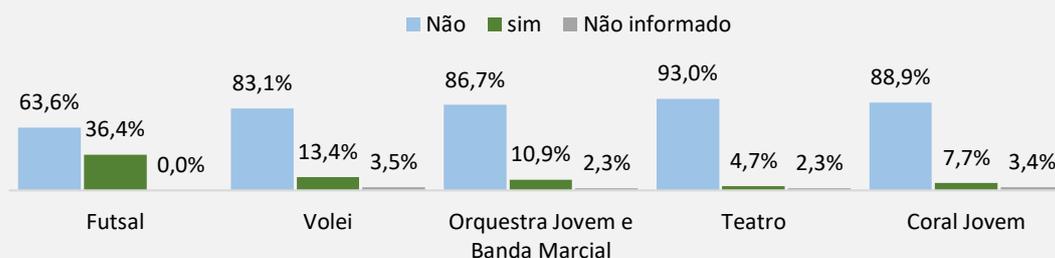
Resposta	Futsal		Vôlei		Orquestra Jovem e Banda Marcial		Teatro		Coral Jovem	
	Quant.	(%)	Quant.	(%)	Quant.	(%)	Quant.	(%)	Quant.	(%)
Sim	154	89,0%	142	82,1%	128	74,0%	128	74,0%	117	67,6%
Não	7	4,0%	16	9,2%	28	16,2%	26	15,0%	38	22,0%
Não informado	12	6,9%	15	8,7%	17	9,8%	19	11,0%	18	10,4%
Total	173	100,0%	173	100,0%	173	100,0%	173	100,0%	173	100,0%



Apesar do projeto de futsal ser o mais conhecido, o mais frequentado por quem conhece são os outros projetos, provavelmente por uma questão de gênero, nos quais as “meninas” mesmo conhecendo o projeto de futsal não participam como nos outros. O projeto com maior adesão é o de teatro, 93,0% dos que conhecem participam.

Participa dos projetos?

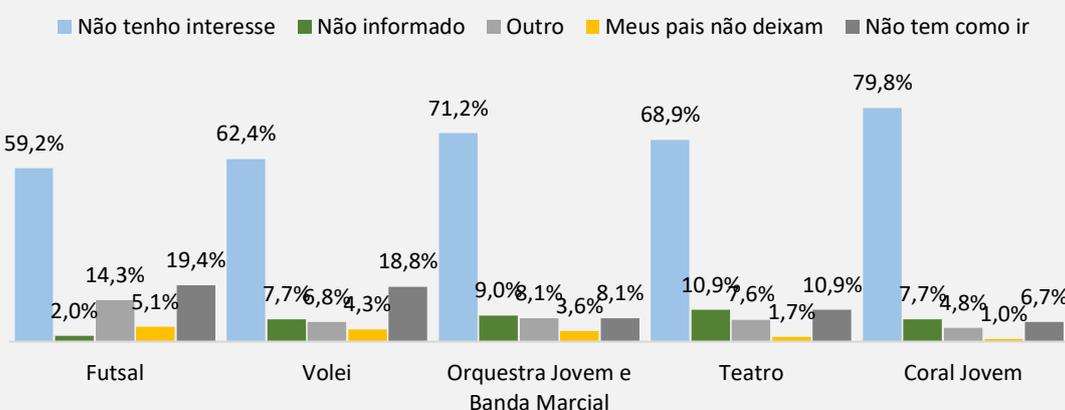
Resposta	Futsal		Vôlei		Orquestra Jovem e Banda Marcial		Teatro		Coral Jovem	
	Quant.	(%)	Quant.	(%)	Quant.	(%)	Quant.	(%)	Quant.	(%)
Não	98	63,6%	118	83,1%	111	86,7%	119	93,0%	104	88,9%
sim	56	36,4%	19	13,4%	14	10,9%	6	4,7%	9	7,7%
Não informado	0	0,0%	5	3,5%	3	2,3%	3	2,3%	4	3,4%
Total	154	100,0%	142	100,0%	128	100,0%	128	100,0%	117	100,0%



Dos que não participam, o motivo da dificuldade de deslocamento atinge mais o futsal e o vôlei, nos quais quase 20% dos que não participam afirmam não ter como ir no projeto.

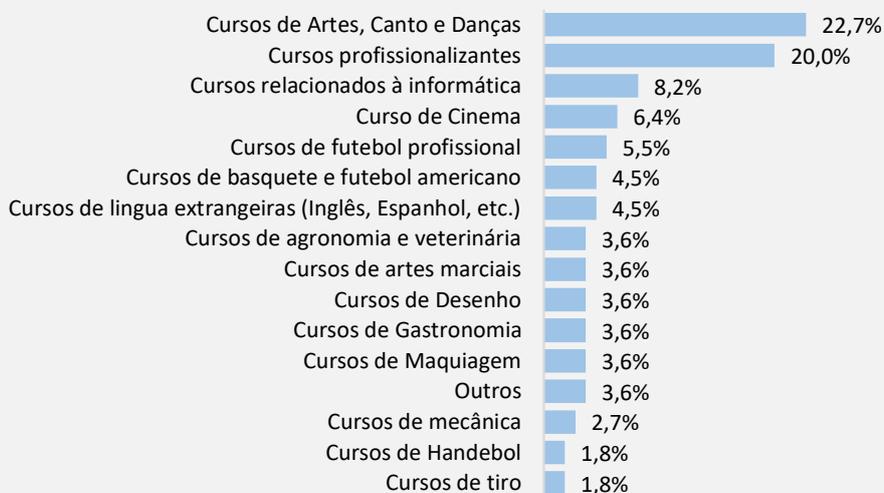
Por que não participa?

Resposta	Futsal		Vôlei		Orquestra Jovem e Banda Marcial		Teatro		Coral Jovem	
	Quant.	(%)	Quant.	(%)	Quant.	(%)	Quant.	(%)	Quant.	(%)
Não tenho interesse	58	59,2%	73	62,4%	79	71,2%	82	68,9%	83	79,8%
Não informado	2	2,0%	9	7,7%	10	9,0%	13	10,9%	8	7,7%
Outro	14	14,3%	8	6,8%	9	8,1%	9	7,6%	5	4,8%
Meus pais não deixam	5	5,1%	5	4,3%	4	3,6%	2	1,7%	1	1,0%
Não tem como ir	19	19,4%	22	18,8%	9	8,1%	13	10,9%	7	6,7%
Total	98	100,0%	117	100,0%	111	100,0%	119	100,0%	104	100,0%



Quando perguntados sobre qual projeto ou curso os adolescentes gostariam que tivesse no município, 36,4% não informaram o que gostariam. Dos que informaram (110 adolescentes), a maioria (22,7%) solicita oficina na área cultural (artes, canto, danças, etc.) e em segundo oficinas profissionalizantes (20,0%).

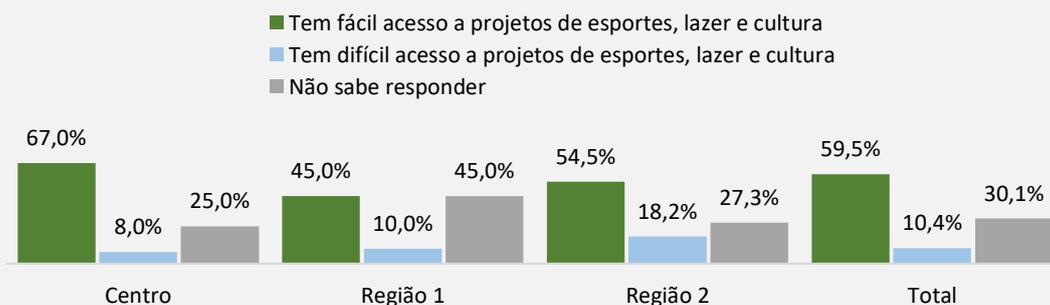
Projeto ou curso você gostaria que tivesse no município



Os adolescentes do Centro são os que mais consideram a região com fácil acesso. O menor percentual está nos moradores da Região 1, onde apenas 45,0% afirmam que a região tem fácil acesso. Nesta região, também teve um alto índice que adolescentes que não souberam responder à pergunta.

Opinião sobre a região onde mora

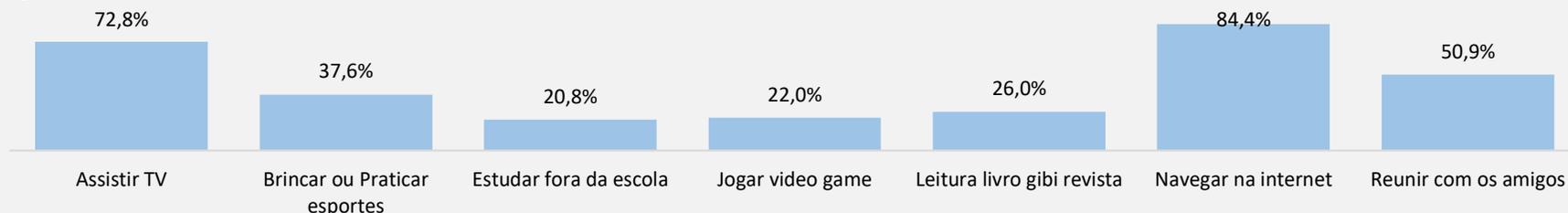
Resposta	Centro		Região 1		Região 2		Total	
	Quant.	(%)	Quant.	(%)	Quant.	(%)	Quant.	(%)
Tem fácil acesso a projetos de esportes, lazer e cultura	67	67,0%	18	45,0%	18	54,5%	103	59,5%
Tem difícil acesso a projetos de esportes, lazer e cultura	8	8,0%	4	10,0%	6	18,2%	18	10,4%
Não sabe responder	25	25,0%	18	45,0%	9	27,3%	52	30,1%
Total	100	100,0%	40	100,0%	33	100,0%	173	100,0%



A seguir a tabela mostra que “navegar na internet” é atividade mais realizada diariamente pelos adolescentes.

Frequência	Assistir TV		Brincar/Praticar esportes		Estudar fora da escola		Jogar vídeo game		Leitura livro gibi revista		Navegar na internet		Reunir com os amigos	
	Quant.	(%)	Quant.	(%)	Quant.	(%)	Quant.	(%)	Quant.	(%)	Quant.	(%)	Quant.	(%)
Diariamente	126	72,8%	65	37,6%	36	20,8%	38	22,0%	45	26,0%	146	84,4%	88	50,9%
Duas ou mais vezes por semana	25	14,5%	68	39,3%	37	21,4%	16	9,2%	26	15,0%	9	5,2%	37	21,4%
Uma vez por semana	7	4,0%	8	4,6%	22	12,7%	10	5,8%	21	12,1%	2	1,2%	9	5,2%
Cada 15 dias	3	1,7%	10	5,8%	12	6,9%	6	3,5%	15	8,7%	2	1,2%	5	2,9%
Uma vez por mês	3	1,7%	8	4,6%	10	5,8%	8	4,6%	26	15,0%	2	1,2%	11	6,4%
Não informado	5	2,9%	7	4,0%	12	6,9%	8	4,6%	9	5,2%	8	4,6%	12	6,9%
Não utilizo	4	2,3%	7	4,0%	44	25,4%	87	50,3%	31	17,9%	4	2,3%	11	6,4%
Total	173	100,0%	173	100,0%	173	100,0%	173	100,0%	173	100,0%	173	100,0%	173	100,0%

Frequência diária:

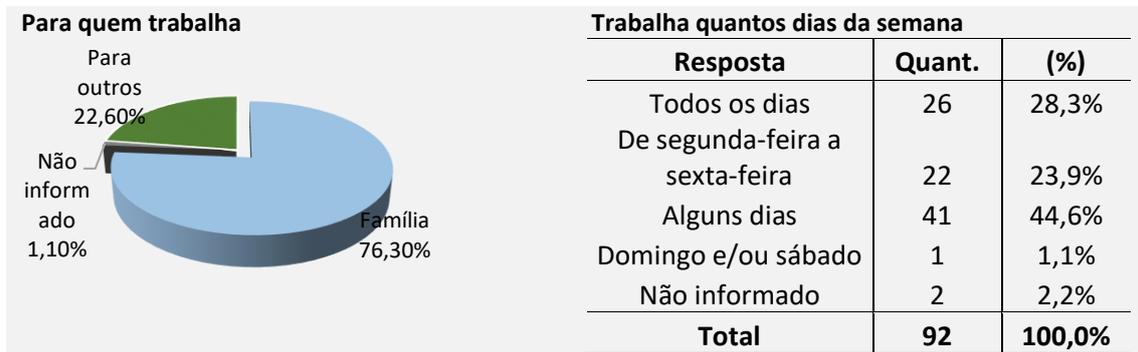


E esta também a atividade com maior frequência de tempo durante o dia, mais de 47,3% ficam mais de 4 horas na internet.

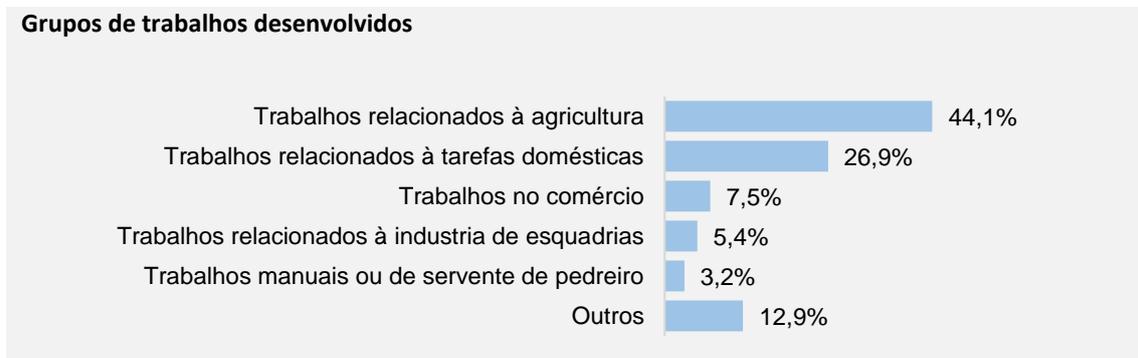
Tempo diariamente	Assistir TV		Brincar/Praticar esportes		Estudar fora da escola		Jogar vídeo game		Leitura livro gibi revista		Navegar na internet		Reunir com os amigos	
	Quant.	(%)	Quant.	(%)	Quant.	(%)	Quant.	(%)	Quant.	(%)	Quant.	(%)	Quant.	(%)
Até 2 horas	63	50,0%	24	36,9%	23	63,9%	10	26,3%	31	68,9%	25	17,1%	17	19,3%
De 2 a 4 horas	30	23,8%	18	27,7%	4	11,1%	12	31,6%	6	13,3%	36	24,7%	22	25,0%
Mais de 4 horas	20	15,9%	10	15,4%	4	11,1%	11	28,9%	4	8,9%	69	47,3%	38	43,2%
Não informado	13	10,3%	13	20,0%	5	13,9%	5	13,2%	4	8,9%	16	11,0%	11	12,5%
Total	126	100,0%	65	100,0%	36	100,0%	38	100,0%	45	100,0%	146	100,0%	88	100,0%

- **Sobre o trabalho:**

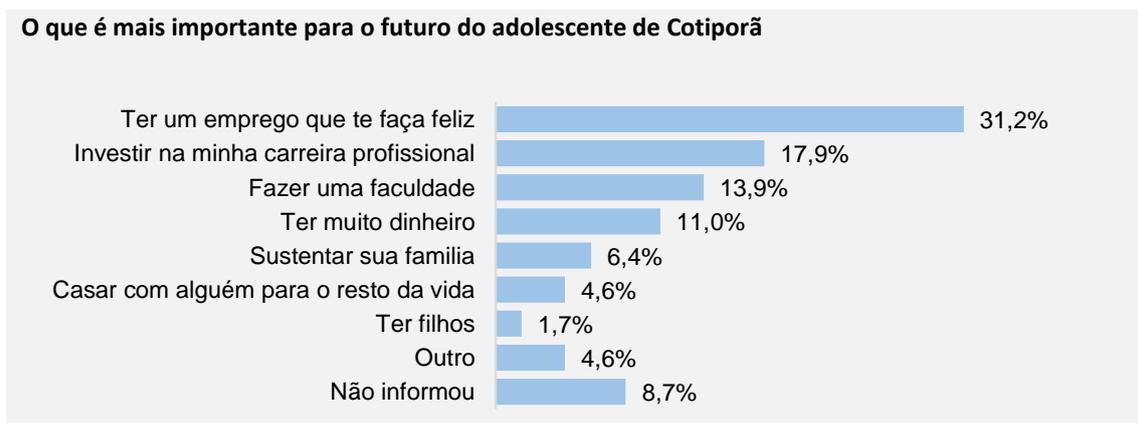
A pesquisa buscou saber se estes adolescentes exerciam algum trabalho, e quando perguntado diretamente “você trabalha” teve-se um percentual de 53,2% afirmando que sim (92 adolescentes). E destes, 76,3% afirmaram trabalhar para família e 22,6% para outros.



Os trabalhos realizados por estes adolescentes foram agrupados e duas categorias se destacam, os trabalhos relacionados a agriculturas (44,1%) e os trabalhos relacionados as atividades domésticas (26,9%). Ressalta-se que 57,6% deste que trabalham afirmam receber salário/mesada pela atividade, e, quase todos, 94,6% afirmam gostar de realizar a atividade.

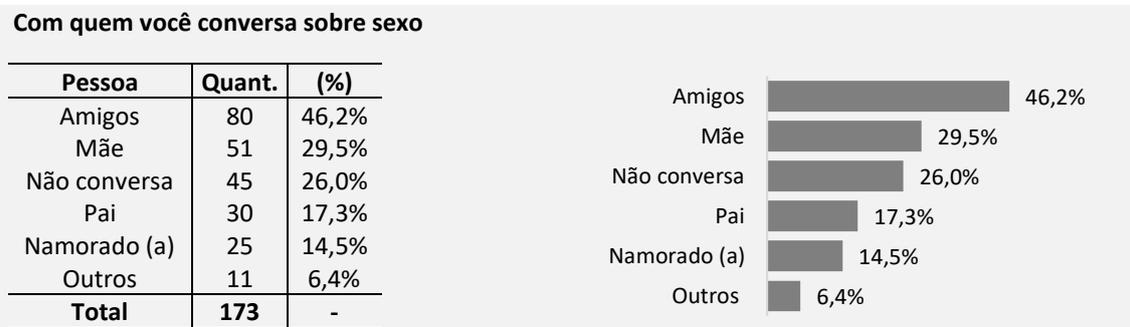


Porém, apesar de afirmarem que gostam, 43,5% afirmou que gostaria de ao invés de estar trabalhando estar realizando outra atividade relacionada a educação esporte ou cultura.



- **Temas relacionados à saúde:**

Entrado nos temas relacionados a saúde dos adolescentes, constatou-se que 26,6% deles tem vergonha de falar com os pais sobre sexo e outros 43,4% se sentem meio envergonhados, o que mostra uma barreira do tema entre pais e filhos. E isso se confirma na pergunta abaixo, onde a principal pessoa procurada para falar de sexo é o amigo (46,2%). A mãe é procurada por apenas 29,5% e o pai por 17,3%.



Dos entrevistados, 35,8% já tiveram relação sexual, e se focarmos apenas nas “meninas” (feminino), das que já tiveram relação sexual, apenas metade delas (53%) já foram em um ginecologista.

Ainda no tema, sobre a prevenção de gravidez e a prevenção de doenças sexualmente transmissíveis, ambas tiveram 8% de respondentes afirmando não saber como evitar, tanto a gravidez como as doenças, e ainda foi uma pergunta que teve em média 13,5% dos adolescentes que não responderam, mostrando uma resistência deles até mesmo para se abrirem em uma pesquisa que preservava a identidade e tinha caráter autodeclaratório, ou seja, eles poderiam responder e não seriam questionados quanto a sua afirmação.

Quando explorado um pouco mais sobre qual o método que deve ser usado para prevenção de doença, teve-se aqui um percentual ainda maior de não respondentes (16,2%), outros 5,8% afirmando não saber, e ainda, 6,4% mencionando que anticoncepcionais previnem doenças sexualmente transmissíveis. Outro fato que traz um alerta é a questão de que 71,7% dos entrevistados afirmam que a camisinha deve ser usada sempre, o que faz que tenhamos 29,3% que não utiliza ou utiliza dependendo do parceiro.

Mudando para o assunto de uso de drogas, primeiro buscou-se a percepção sobre o álcool, o qual 57,8% afirmaram que não o consideram uma droga. Sobre a opinião em relação a maconha, 48,6% são contra e sobre as outras drogas o percentual aumenta, 62,4% são contra.

Sobre o uso, a tabela abaixo mostra que o álcool já foi provado por 65,9%, e o cigarro por 16,2%, a maconha por 8,7%. E a cocaína por 1,7%. O cigarro foi a droga mais “experimentada” e que não gerou o uso (67,9%). A maconha é a que tem o maior percentual de uso frequente quando o adolescente entra em contato (20,0%). E o álcool é usado as vezes por 53,5% dos entrevistados, assim também como a maconha, porém no uso frequente o álcool atinge 12,3% dos que já provaram.

Uso de drogas										
Já usou	Álcool		Cigarro		Maconha		Cocaína		Crack	
	Quant.	(%)								
Sim	114	65,9%	28	16,2%	15	8,7%	3	1,7%	0	0,0%
Não	41	23,7%	121	69,9%	133	76,9%	145	83,8%	148	85,5%
Não informado	5	2,9%	5	2,9%	5	2,9%	5	2,9%	5	2,9%
Não respondeu	13	7,5%	19	11,0%	20	11,6%	20	11,6%	20	11,6%
Total	173	100,0%								

Frequência de uso								
Como usou	Álcool		Cigarro		Maconha		Cocaína	
	Quant.	(%)	Quant.	(%)	Quant.	(%)	Quant.	(%)
Só experimentei	37	32,5%	19	67,9%	4	26,7%	1	33,3%
Uso às vezes	61	53,5%	6	21,4%	8	53,3%	1	33,3%
Uso frequentemente	14	12,3%	1	3,6%	3	20,0%	0	0,0%
Não informado	2	1,8%	2	7,1%	0	0,0%	1	33,3%
Total	114	100,0%	28	100,0%	15	100,0%	3	100,0%

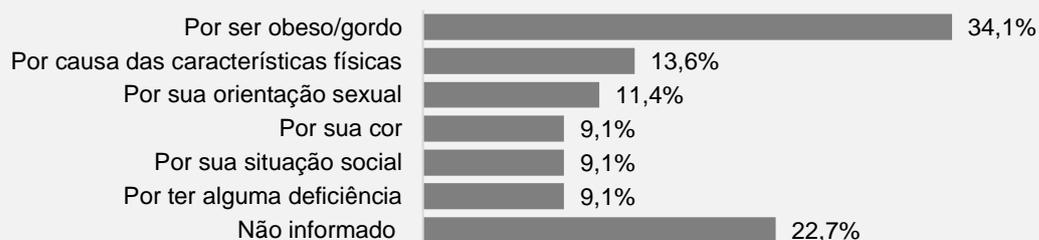
Foi perguntado aos adolescentes se alguém ofereceu drogas para eles, e 35,3% afirmam que sim, e quem mais oferece drogas aos adolescentes são os colegas e/ou conhecidos em 50,8% dos casos. Depois são os amigos em 44,3%, e em 36,1% pessoas desconhecidas, como mostra o gráfico a seguir.

Com quem você conversa sobre sexo		
Pessoa	Quant.	(%)
Colegas e/ou conhecidos	31	50,8%
Amigos próximos	27	44,3%
Pessoa desconhecida	22	36,1%
Pai e/ou mãe	6	9,8%
Total	61	-

- **Sobre as violências:**

Entrando no tema de violência, e iniciando com o preconceito, 25,4% dos adolescentes de Cotiporã afirmaram sofrer preconceito, e destes, o preconceito mais citado é em relação a obesidade, e em segundo por causa de características físicas (nariz, orelha, etc.) e outros 11,4% por causa da orientação sexual, como mostra o gráfico a seguir.

Tipo de preconceito que sofreu



Nota: Percentual calculado sob o total de 44 adolescentes que afirmaram sofrer ou ter sofrido preconceito.

A violência mais citada pelos adolescentes como a que mais ocorre é a psicológica/*bullying*, no qual teve-se que 48% dos adolescentes afirmaram já terem sido vítimas. A violência física também foi bastante citada, sendo mencionada por 11,0% dos adolescentes. A violência sexual foi citada praticamente na mesma proporção que a negligência. Neste caso, chama-se a atenção do desconhecimento da palavra amplamente utilizada na rede de proteção à criança e ao adolescente.

Sofreu Violência

Sofreu violência	Psicológica/ <i>Bullying</i>		Física		Sexual		Negligência	
	Quant.	(%)	Quant.	(%)	Quant.	(%)	Quant.	(%)
Sim	83	48,0%	19	11,0%	7	4,0%	8	4,6%
Não	68	39,3%	122	70,5%	133	76,9%	131	75,7%
Não sei	22	12,7%	32	18,5%	33	19,1%	34	19,7%
Total	173	100,0%	173	100,0%	173	100,0%	173	100,0%

Quando se analisa o local que cada violência ocorre percebe-se nitidamente comportamentos diferentes, a qual a psicológica/*bullying* ocorrem na maioria das vezes na escola. Já a negligência tem como principal local na família.

Onde sofreu a Violência

Local	Psicológica/ <i>Bullying</i>		Física		Sexual		Negligência	
	Quant.	(%)	Quant.	(%)	Quant.	(%)	Quant.	(%)
Na escola	72	86,7%	9	47,4%	1	14,3%	1	12,5%
Na família	6	7,2%	4	21,1%	1	14,3%	6	75,0%
Na rua/prça	2	2,4%	3	15,8%	4	57,1%	1	12,5%
Não informado	3	3,6%	3	15,8%	1	14,3%	0	0,0%
Total	83	100,0%	19	100,0%	7	100,0%	8	100,0%

Analisando o ambiente em que os adolescentes de Cotiporã vivem, considerando aspectos de exposição a situações de risco nota-se que a bebida alcoólica é mais presente e próxima aos adolescentes, tanto por amigos (50,9%), pai e mãe (42,8%) ou por outros familiares (30,6%). Aproximadamente 50% dos adolescentes não conhecem ninguém que fuma maconha,

que usa outra droga ilícita, que possua arma de fogo ou ainda, que seja viciado em alguma droga lícita ou ilícita. A tabela a seguir mostra ainda que os amigos são as pessoas mais próximas dos adolescentes eu fumam maconha (19,1%) e utilizam outras drogas ilícitas (11,0%).

Quem você conhece que...												
Resposta	Utiliza bebida alcóolica		Fuma cigarro		Fuma maconha		Usa outra droga ilícita		Possui arma de fogo		Viciado em alguma droga lícita ou ilícita)	
	Quant.	(%)	Quant.	(%)	Quant.	(%)	Quant.	(%)	Quant.	(%)	Quant.	(%)
Não respondeu	23	13,3%	19	11,0%	31	17,9%	29	16,8%	38	22,0%	29	16,8%
Outros familiares	69	39,9%	53	30,6%	13	7,5%	9	5,2%	28	16,2%	24	13,9%
Pai ou mãe	74	42,8%	33	19,1%	0	0,0%	1	0,6%	16	9,2%	13	7,5%
Ninguém	9	5,2%	43	24,9%	92	53,2%	109	63,0%	87	50,3%	85	49,1%
Amigos	88	50,9%	50	28,9%	33	19,1%	19	11,0%	19	11,0%	31	17,9%
Irmão(a)	33	19,1%	8	4,6%	1	0,6%	0	0,0%	6	3,5%	2	1,2%
Namorado(a)	18	10,4%	4	2,3%	3	1,7%	2	1,2%	6	3,5%	1	0,6%
Total	173	-	173	-	173	-	173	-	173	-	173	-

- **Considerações finais da pesquisa:**

A pesquisa se torna um importante instrumento de trazer voz e expressão dos adolescentes para a formulação de políticas voltadas a eles e as crianças do município. Percebe-se, primeiramente, o trabalho que deve ser feito com crianças e adolescentes em relação ao ECA, desconhecido por muitos, e que controversamente mesmo desconhecendo o ECA estes adolescentes afirmam saber a função do conselho tutelar, o qual a existência e funcionalidade se dá em cima do ECA, mostrando uma possível interpretação errada da instituição, ou ainda, uma ausência da percepção em relação aos direitos e deveres que cabem a este grupo.

Outro ponto importante na pesquisa foi a questão do diálogo nas famílias sobre assuntos polêmicos, o qual mostrou que dentro dos lares de Cotiporã os diálogos a respeito de sexo, drogas e violência são restritos, e quando existem, ainda temas como sexo trazem um constrangimento para estes adolescentes. Reforçando assim, o papel da Educação e da Saúde no trabalho em conjunto de esclarecimento sobre os temas nas escolas.

A falta de “opção” de lazer dos adolescentes de Cotiporã também foi exaltada. Como este tema foi explorado exaustivamente com perguntas que abordavam de várias perspectivas o assunto, resume-se aqui na necessidade de projetos na área cultura, que tem ampla participação, pensando em estratégias criativas para trazer o cinema a esses adolescentes, por exemplo, que além de trazer lazer abrange a área da cultura, e ainda, a necessidade de oportunizar atividades esportivas nos espaços já existentes, facilitando o acesso aos locais de prática de esporte para estes adolescentes, diversificando as atividades além do futebol.

Outro ponto bastante evidente na pesquisa foi com relação a profissionalização. Se considerarmos as atividades relacionadas ao tema, tais como cursos relacionados à informática, cursos de agronomia e veterinária, curso de mecânica, entre outros cursos citados pelos adolescentes, tem-se aproximadamente 50% das citações foram pertinentes ao desejo dos adolescentes em se profissionalizarem e estarem mais preparados ao mercado de trabalho. Logo, salienta-se a necessidade do município em pensar em políticas públicas que incentivem e oportunizem aos adolescentes e jovens tal preparação, considerando ainda que não existe nenhum projeto ofertado em Cotiporã relacionado a profissionalização e a preparação do adolescente e jovem ao mercado de trabalho.

5. PESQUISA QUALITATIVA COM REPRESENTANTES DA REDE DE ATENDIMENTO

Durante visitas às instituições para a coleta de dados referente às demandas de atendimento, realizou-se uma pesquisa de percepção com representantes da rede de atendimento à criança e ao adolescente do município. Ao total, foram realizadas 6 entrevistas com representantes dos equipamentos da rede de Cotiporã, sendo:

Natureza	Quantidade
Social	1
Educação, Cultura, Esporte e Lazer	2
Proteção	1
Saúde	2
Total	6

Com relação aos equipamentos que foram contemplados na entrevista, de acordo com a natureza supramencionada, tem-se:

- Social: Considerou a percepção da equipe técnica do CRAS;
- Educação, Cultura, Esporte e Lazer: Professores e coordenação da Secretaria Municipal de Educação e Desporto e representante da Secretaria Municipal de Turismo e Cultura;
- Proteção: Conselheiros Tutelares
- Saúde: Considerou a equipe técnica do NAAB (Núcleo de Apoio à Atenção Básica – Saúde Mental) e profissional responsável pelo departamento de Vigilância Epidemiológica da Secretaria Municipal de Saúde e Ação Social

Portanto, o objetivo da pesquisa com os representantes foi abordar as potencialidades e fragilidades do município quanto às crianças e adolescentes de Cotiporã, bem como trazer a reflexão sobre os aspectos a serem melhorados dentro do serviço em referência, além de contemplar os aspectos positivos já realizados pelo equipamento. Buscou-se ainda, refletir sobre as estratégias que poderiam ser implantadas para que cada vez mais os direitos preconizados pelo ECA sejam efetivamente aplicados.

Nesta perspectiva, será apresentado a visão trazida pelos técnicos quanto as fragilidades e potencialidades do município, bem como da instituição ou equipamento no qual atuam:

- **CRAS**

Em relação à situação da criança e do adolescente, como você avalia o Município de Cotiporã?
Pontos fortes ou experiências positivas
Em função de ser uma cidade pequena, tem o atendimento mais próximo, de modo que consegue fazer um acompanhamento mais efetivo.
Pontos fracos ou fragilidades
<p>Não tem uma política consolidada e efetiva, porque apesar de constar legalmente como atribuições a serem desenvolvidas, na hora de efetivar não há um controle. Percebe-se ainda a necessidade da sociedade civil se organizar, haja vista que no município não tem instituições não governamentais que trabalhem com crianças.</p> <p>Outro aspecto importante a ser considerado, que em casos de abuso sexual, não tem nenhuma rede que atenda, de modo que o município não sabe para onde encaminhar quando essas situações ocorrem. Essa problemática ocorre também em casos de violência doméstica contra mulher.</p> <p>Com relação as atividades do CRAS, é oferecido atrativos, no entanto, devido ao deslocamento, o transporte da educação não permite que eles acessem o serviço.</p> <p>Como tem comunidades com poucas crianças, em algumas regiões não se consegue alcançá-las.</p>
E com relação ao serviço ou programa executado pela sua Instituição, como você avaliaria?
Pontos fortes ou experiências positivas
Todo o planejamento e acompanhamento que o CRAS realiza com as famílias, buscando a emancipação e protagonismo dos mesmos, de modo que no momento que ela sai da situação de risco ou vulnerabilidade, a equipe percebe o quão importante é esse trabalho realizado.
Pontos fracos ou fragilidades
<p>Não tem estrutura e leis para consolidar todos os direitos preconizados. Ex: a família está em vulnerabilidade econômica, e vai buscar-se o trabalho, e não existe essas alternativas.</p> <p>O município não conta nem com departamento de trabalho. No município não tem nenhum departamento ou secretaria que fomente o trabalho, ou faça encaminhamentos ao curso.</p> <p>Não existe um programa ou serviço para a inserção do adolescente ao primeiro emprego, nenhum programa de adolescente aprendiz, nada voltado a profissionalização e aprendizagem. Falta investir, portanto, em cursos profissionalizantes e atividades de geração e renda.</p>

- **Núcleo de Apoio a Atenção Básica da Saúde Mental – NAAB**

Em relação à situação da criança e do adolescente, como você avalia o Município de Cotiporã?
Pontos fortes ou experiências positivas
Fisicamente à rede está bem estruturada, o conselho tutelar tem uma sede própria, tem carro, tem um CRAS equipado. A ESF é 100% de cobertura, no qual possibilita um diagnóstico bem completo da população, pois tem o cadastro de todos os municípios.
Pontos fracos ou fragilidades
Comunicação da rede, preconceito institucionalizado, grande parte dos casos que acabam chegando ao núcleo são negros ou pardos. Casos de <i>bullying</i> na escola, que são com pessoas de outras etnias, na grande maioria dos casos, por questões raciais.

E os profissionais, indiretamente, tem esse preconceito racial. Mandam para a fonoaudióloga porque tem um sotaque diferente, tem esse viés, da questão racial, homofóbicas. O grande desafio é começar primeiro a trabalhar com a rede. O núcleo tenta trabalhar com algumas capacitações, filmes, mas existe essa questão cultural muito forte.

E com relação ao serviço ou programa executado pela sua Instituição, como você avaliaria?

Pontos fortes ou experiências positivas

A partir da instalação do NAAB e dos atendimentos em conjunto, está muito bom. Embora o preconceito institucionalizado está bem amplo, pelo menos a equipe consegue estar dentro da escola, envolvendo a educação e tentando desmistificar essa questão do preconceito de modo geral.

Essa lógica de atendimento está começando a ser compreendida pela educação. Os atendimentos na escola são em conjunto com a psicopedagoga ou coordenadora pedagógica.

Tem um programa dos agentes escolares, é do NAB, no qual é capacitado alunos da escola municipal, que vem até a unidade de saúde, são capacitados, para serem agentes multiplicadores de informações, relacionados a saúde, ex: gênero, sexualidade, drogas,

Na escola estadual, eventualmente solicita o NAB para realizar assuntos pontuais, como palestras, conversas com os alunos e orientações.

Não existe um cronograma, apenas quando a escola solicita.

Havia uma parceria com a escola estadual, mas na troca de direção acabou não continuando. A barreira para não conseguir a parceria por que precisa de um professor e eles alegam não ter disponibilidade.

Pontos fracos ou fragilidades

A didática e dinâmica dos atendimentos são um pouco sensíveis. Com relação aos profissionais da rede de atendimento que são parceiros do NAAB tais como a psicopedagoga e coordenadora das escolas, é explicado o tema, eles entendem, começam a participar, mas depois acabam não se envolvendo. O objetivo do núcleo e dos profissionais que atuam com assuntos relacionados à saúde mental era para multiplicar o conhecimento, dar um suporte, mas a ideia era para ser a troca de conhecimento com outros profissionais da rede e ter mais envolvimento de um modo geral, para que a ideia do matriciamento fosse praticado, sem que seja necessário estar sempre presente a equipe do NAAB, principalmente porque há o entendimento equivocado que as demandas de saúde mental e do serviço de psicologia de um modo geral é curável na psicoterapia individual.

Os atendimentos de psicoterapia individual ocorrem apenas em casos extremos. A proposta do Ministério da Saúde, é que as demandas da saúde mental se dissolvam na proteção básica, pela estratégia da família.

É certo afirmar que o município teria demanda para o CAPS e CAPSi, sendo que seria de grande importância estabelecer convênios com municípios que ofertam esse atendimento especializado.

Outra grande fragilidade é que não existe um protocolo de atendimento com relação ao alcoolismo e drogas.

Não pode deixar de considerar que o município é pequeno, e não tem onde o adolescente ir, não tem opções de lazer, além de ter a praça para beber, além de que é comum os pais nosso tempo de lazer que envolvem crianças e adolescentes, contemplar o consumo de vinho e cerveja, sendo isso bem naturalizado.

Tem demanda de adolescentes com uso de álcool e drogas.

- **Vigilância Epidemiológica**

Em relação à situação da criança e do adolescente, como você avalia o Município de Cotiporã?
Pontos fortes ou experiências positivas
Município pequeno, poucas notificações e possui cobertura de agente de saúde 100% do território. A violência não é muito disseminada, não há violência urbana e a região é tranquila.
Pontos fracos ou fragilidades
A vezes a integração entre os serviços não se dá de uma forma tão produtiva, haja vista que o diálogo entre os setores não ocorre tanto. Ex: os casos de violência notificados na Saúde, no Sistema de Notificações de Agravos (SINAN), acontece porque alguém chega explicito com marcas de agressão nos equipamentos da saúde, ou porque houve algum comentário e profissionais da saúde vão atrás para verificação. Dificilmente os outros setores notificam, Ex: CRAS e Escola. A percepção que se tem é que a ausência da notificação da rede, ocorre pela falta de reconhecimento da importância de notificar. Ou seja, muitas notificações acabam sendo suprimidas ou não expressas porque os casos não foram registrados, ocorrendo assim a subnotificação nas fontes de registro. Já aconteceu algumas mobilizações para reforçar a importância, mas falta esse envolvimento da rede de atendimento.
E com relação ao serviço ou programa executado pela sua Instituição, como você avaliaria?
Pontos fortes ou experiências positivas
Cobertura 100% dos agentes comunitários. A secretaria de saúde e ação social está fazendo um esforço para que os demais equipamentos notifiquem os casos de violência ou suspeita, bem como demais agravos.
Pontos fracos ou fragilidades
A base para formulação da política de atendimento é fundamentada ainda em medicina curativa, não se tem uma visão proativa, com relação a prevenção de agravos e promoção de saúde. Ex: Cuidados saúde bucal, educação sexual, reprodutiva, alimentação saudável, prática de atividades físicas, vacinação para adolescentes, promoção de ambientes da paz... Deveria de ser fomentado e inserido no município, tomado como princípio para planejamento das ações.

- **Secretaria Municipal de Turismo e Cultura**

Em relação à situação da criança e do adolescente, como você avalia o Município de Cotiporã?
Pontos fortes ou experiências positivas
São desenvolvidas bastante atividades e eventos para fazer com que as crianças e adolescentes tenham seu momento de integração e interação, além de ofertar atividades no período contra turno tais como teatro e coral. Em 2017 teve a parceria ainda com uma escola de inglês, o qual utiliza o espaço público. O custo do curso é acessível e quem é bom aluno, é abatido 35% do valor da mensalidade. Com relação aos espaços públicos, tem o campo de futebol, pracinhas para as crianças menores. A cidade possui local para que as pessoas possam caminhar, assim como ciclovias. No que tange a atividades que integram pais e crianças, o município está bem assistido. No final de ano tem bastante eventos. Todo domingo no final de tarde tem shows e atividades. Tem o balneário do carreiro, e balneário do rio das antas, que fica no município. Tem uma estrutura mínima, banheiro, chuveiro e algumas churrasqueiras.

Pontos fracos ou fragilidades
Festas, só tem um local para frequentar. Uma dificuldade que as vezes as pessoas saem daqui para procurar outros locais para entretenimento, o que as vezes, acaba ocasionando em acidentes de transito, e isso é muito ruim.
E com relação ao serviço ou programa executado pela sua Instituição, como você avaliaria?
Pontos fortes ou experiências positivas
Diversidade de eventos, diversidade de modalidades, que oferece para as pessoas terem uma atividade, tais como teatro, orquestra e coral. O Município integra o roteiro termas de longevidade, que compreende, as cidades de Cotiporã, Veranópolis, Nova Prata, Vila Flores, entre outros. O município tem seu material próprio, com o intuito de trazer turistas. Através das termas, participa de encontros regionais e divulga a cidade. É realizado também a feira do livro, que é um evento cultural, no qual envolve o teatro, a música e dança.
Pontos fracos ou fragilidades
Uma possibilidade de melhoria, estaria relacionada com a utilização do espaço da casa da cultura, da biblioteca e museu para talvez promover algumas atividades ou oficinas. Poderia ainda, utilizar os espaços públicos, tais como a praça que foi construída junta a escola, e demais espaços, para promoção de algumas ações, eventos e atividades para integrar a comunidade.

- **Secretaria Municipal de Educação e Desporto**

Em relação à situação da criança e do adolescente, como você avalia o Município de Cotiporã?
Pontos fortes ou experiências positivas
Por ser um Município de pequeno porte, ainda existe uma estrutura familiar. São ofertadas diversas atividades que as crianças e adolescentes estão envolvidos: CTG, Coral, Orquestra Jovem, Teatro, Oficinas do CRAS, Escolinha de Futebol, etc...
Pontos fracos ou fragilidades
Envolvimento de adolescentes com drogas lícitas e ilícitas. Algumas famílias desestruturadas oriundas de outros lugares em busca de trabalho.
E com relação ao serviço ou programa executado pela sua Instituição, como você avaliaria?
Pontos fortes ou experiências positivas
Todas as crianças e adolescentes estão tendo acesso à Educação, através do transporte escolar, merenda escolar, materiais escolares, quadro de profissionais qualificados e especializados nas áreas e estrutura física adequadas. A Educação trabalha com Projetos Interdisciplinados adequados a cada faixa etária; Como experiência positiva podemos citar a reestruturação pedagógica das Escolas, priorizando a aprendizagem dos alunos;
Pontos fracos ou fragilidades
Conscientizar as famílias da importância do estudo em detrimento ao trabalho; Nosso grande desafio é manter os laços de integração família e escola com relação ao acompanhamento da vida escolar diária de nossos alunos.

- **Conselho Tutelar**

Em relação à situação da criança e do adolescente, como você avalia o Município de Cotiporã?
Pontos fortes ou experiências positivas
Município pequeno
Pontos fracos ou fragilidades
Reconhecimento dos papéis sociais de cada representante. Ausência de rede de proteção, falta capacitação.
E com relação ao serviço ou programa executado pela sua Instituição, como você avaliaria?
Pontos fortes ou experiências positivas
Comprometimento dos conselheiros tutelares.
Pontos fracos ou fragilidades
O Conselho Tutelar não é lembrado nem reconhecido no município, para pedir recurso para as capacitações, nunca tem disponibilidade, não somos motivados. Falta o entendimento da população e também do poder público quanto o papel do conselho tutelar e o que cabe a nós ou não, até mesmo as escolas, possuem uma visão equivocada, pois impõe medo e quando não tem autoridade sobre os alunos, chamam o conselho. Até existe a notificação das violências no SINAN, mas houve um esquecimento, para preencher. Falta de experiência e capacitação para os representantes da rede.

De um modo geral, buscou-se também entender o que falta para as instituições atenderem de forma melhor ou mais adequada a população e neste contexto foram citados alguns recursos humanos e materiais:

Computadores: <ul style="list-style-type: none"> • Secretaria Municipal de Educação e Desporto 	Materiais de Recreação e esporte: <ul style="list-style-type: none"> • CRAS 	Espaço Físico / Reforma: <ul style="list-style-type: none"> • CRAS; • Secretaria Municipal de Educação e Desporto
Recursos humanos: <p>Para o NAAB, teria que ter 3 pessoas. Hoje a equipe é formada por um psicólogo e enfermeira. Precisaria de 3 cargos, um professor de atividades complementares, tais como acupuntura entre outros</p>		

Com relação aos problemas com maior incidência pertinentes às crianças e adolescentes identificadas na instituição teve-se:

- A violência sexual mencionada por dois representantes, ressaltando ainda que tem aumentado as ocorrências. Destacou-se a dificuldade de acompanhamento para com as famílias nas áreas rurais, devido à distância, no qual ninguém sabe muito o que acontece. Complementou ainda que trabalhar quebra de

paradigmas é difícil, porque cada vez mais a pessoa tem sofrido por preconceito quanto ao gênero. É difícil na escola e nos serviços.

- Outras questões que apareceram nas entrevistas foram o conflito familiar ou a negligência citada em 3 entrevistas, o uso de drogas lícitas e ilícitas por 2 entrevistados, bem como a violência física, citada por um representante da rede.

Quando questionado como a instituição tem administrado as situações de violação de direito quando identificadas, é importante observar a falta de protocolos no atendimento e convênios com outros municípios. Sabe-se que Cotiporã, por ser um município pequeno e com poucos habitantes, não se tem estrutura e recurso financeiro para suprir todas as demandas que surgem quanto as violações de direito, como por exemplo, a implantação de um CREAS, haja visto que o tamanho do município não comporta tal estrutura, conforme preconiza o MDS, ou então a implantação de um CAPS (. No entanto, a rede de atendimento precisa estar preparada para atender as demandas de média e alta complexidade, sabendo para onde e como encaminha-las, assegurando assim que os direitos das crianças e adolescentes sejam garantidos.

Segundo relatos dos técnicos do CRAS, *“Como não tem o CREAS, não tem onde encaminhar. O CRAS vai atendendo conforme aparece as demandas. Não há um protocolo de atendimento e nem uma estrutura física de recursos humanos para o atendimento. Na medida que vai surgindo as demandas, o município procura buscar o que fazer e para onde encaminhar. Um exemplo disso é o caso de acolhimento. Quando o Ministério Público aplica uma medida protetiva e há a necessidade de encaminhar a criança ou adolescente para uma instituição de acolhimento, o CRAS tem que correr atrás de municípios vizinhos, em busca de vaga. Não há uma parceria ou convenio estabelecido.”*

Logo, é de suma importância o município se preparar para atender demandas mais complexas compreendendo o que dispõe no Artigo 227 da Constituição Federal de 1988, que cita que a criança e adolescente são prioridade absoluta:

É dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança e ao adolescente, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão. (BRASIL,1988)

Vale refletir também sobre a demanda de CAPS e na possibilidade de estabelecer parcerias com municípios que ofertam tal serviço, conforme foi trazida pela percepção dos

técnicos da Saúde, visto que um dos principais objetivos é tratar a saúde mental de forma adequada, de modo a oferecer atendimento especializado à população na área de saúde mental e situações relacionadas à alcoolismo e drogas, realizando o acompanhamento clínico e promovendo a reinserção social dos usuários pelo acesso ao trabalho e ao lazer, a fim de fortalecer os vínculos familiares e comunitários.

Na avaliação de que estratégias, medidas e ações deveriam ser adotadas para melhorar a política municipal de atenção e defesa dos direitos das crianças e adolescentes, as instituições relataram:

<p style="text-align: center;">Falta trabalho em rede!</p> <p>Teria que ter um trabalho mais intersetorial, quando a família chega na saúde, as vezes não sabe para onde encaminhar.</p> <p>Existe uma reunião mensal que envolve a escola, saúde, assistência social e o conselho tutelar, só que é um membro por política, as vezes não sabe passar as informações corretas, não tem um protocolo de registro, de onde encaminhar o que fazer, como fazer.</p> <p>O Ministério Público e o Poder Judiciário não dão retorno que necessitam. Já ocorreu situações em que foi tirado a criança de casa e deixado o agressor. Sente-se uma carência de atuação do Ministério Público, principalmente por não ter um profissional de referência, em que o município saiba para quem se reportar.</p> <p>Deveria de fortalecer os vínculos com rede de atendimento ampliando a oferta de atividades para que as crianças e adolescentes em situação de riscos não fiquem expostas a situações vulneráveis.</p>	<p style="text-align: center;">Mais atividades</p> <p style="text-align: center;">Contraturno</p> <p>Utilização do espaço da casa da cultura, da biblioteca e museu para talvez promover algumas atividades ou oficinas..</p>
<p style="text-align: center;">Enfrentamento do Trabalho Infantil</p> <p>Existe a incidência de trabalho infantil na agricultura, envolvendo inclusive maquinas agrícolas em que adolescentes dirigem essas máquinas e trabalham na roça.</p> <p>Deveria de ter ações para esclarecimentos contra o trabalho infantil, conscientização da família dos riscos envolvendo.</p> <p>Ocorreu uma situação em 2016 em que o adolescente teve sequela severas de acidente de trabalho.</p>	<p style="text-align: center;">Capacitação</p> <p>Deveriam de sensibilizar os profissionais, e capacitá-los para lidar com as demandas de violência e situações em que há o preconceito, para que o direito de todas as crianças e adolescentes sejam efetivamente garantidos.</p>

6. ANÁLISE CONCLUSIVA E PROPOSITIVA

Art. 4º É dever da família, da comunidade, da sociedade em geral e do poder público assegurar, com absoluta prioridade, a efetivação dos direitos referentes à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao esporte, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária.

O Direito da Criança e do Adolescente, a partir de 1988, trouxe um marco definitivo no ordenamento brasileiro, onde crianças e adolescentes são reconhecidos na condição de sujeitos de direitos e não mais como meros objetos de intervenção do Estado.

Neste contexto a legislação brasileira, traz no seu bojo, vários instrumentos para garantir os direitos e a proteção das crianças e adolescentes, a qual determina que haja prioridade absoluta na proteção da infância e na garantia de seus direitos que, além do Estado, também exige da família e da sociedade o amparo.

Lembrando que o Artigo 4º do ECA, que veio regulamentar o Artigo 227 da Constituição Federal de 1988, impõe uma corresponsabilidade entre a família, a comunidade, a sociedade e o Estado. E, nesse contexto, cada um desses protagonistas tem responsabilidades solidária, na promoção e proteção de todos os direitos assegurados em Lei.

E no seu parágrafo único, do mesmo artigo, mostra que a garantia de prioridade compreende:

- a) primazia de receber proteção e socorro em quaisquer circunstâncias;*
- b) precedência de atendimento nos serviços públicos ou de relevância pública;*
- c) preferência na formulação e na execução das políticas sociais públicas;*
- d) destinação privilegiada de recursos públicos nas áreas relacionadas com a proteção à infância e à juventude.*

Todo esse arcabouço teórico veio com o Estatuto da Criança e do Adolescente–ECA (Lei nº 8.069/90) protegendo à infância e reforçando a ideia de prioridade absoluta inserida na Constituição de 1988, que enfatiza os direitos fundamentais: o direito à vida e à saúde; direito à liberdade, respeito e à dignidade; direito à convivência familiar e comunitária; direito à educação, à cultura ao esporte e ao lazer e direito à profissionalização e à proteção no trabalho.

Para Veronese (1997):

“...o Estatuto da Criança e do Adolescente tem a relevante função, ao regulamentar o texto constitucional, de fazer com que esse último não se constitua em letra morta. No entanto, a simples existência de leis que proclamem os direitos sociais, por si só não conseguem mudar as estruturas. Antes há que conjugar aos direitos uma política social eficaz, que de fato assegure materialmente os direitos já positivados.” (VERONESE 1997)

Nesse sentido, afirma Veronese (1997) que o surgimento de uma legislação que se ocupasse seriamente dos direitos da infância e da adolescência era de caráter imprescindível, pois havia uma necessidade fundamental de que estes passassem da condição de menores para a de cidadãos.

Custódio diz que o Direito da Criança e do Adolescente surge no cenário brasileiro com o necessário reconhecimento de direitos fundamentais à população infanto-juvenil atribuindo a estes direitos o status de prioridade absoluta. Para que uma declaração de tal magnitude e abrangência não ficasse tão somente no plano discursivo, o Estatuto da Criança e do Adolescente, como norma disciplinadora da teoria da proteção integral previu um reordenamento político e institucional que resultou na criação do sistema de garantias de direitos da criança e do adolescente. (CUSTÓDIO, 2009).

Destarte, o Estatuto da Criança e do Adolescente, traz no seu bojo, os direitos das crianças e adolescentes e norteia a política de atendimento, tendo quatro linhas de ações, expressas no Artigo 87 da citada lei. Conforme citamos:

1) Políticas sociais básicas de caráter universal, como saúde, educação, alimentação, moradia, etc.;

2) Políticas de programas de assistência social, de caráter supletivo, para aqueles de que delas necessitem;

3) Políticas de proteção, que representam serviços especiais de atendimento médico e psicossocial às vítimas de negligência, maus tratos, exploração, abuso e opressão [...]; serviços de identificação e localização de pais, responsáveis crianças e adolescentes desaparecidos;

4) Políticas de garantias de direitos, que representam as entidades e os aparatos jurídicos e sociais de proteção dos direitos individuais e coletivos da infância e juventude.

É evidente, que o Estatuto da Criança e do Adolescente vem trazer de forma definitiva a questão da inclusão e da primazia no atendimento de crianças e adolescentes no âmbito das políticas públicas de forma integral, por meio do sistema de garantia de direitos. E garantir a inclusão e primazia do atendimento à criança e ao adolescente pelas políticas públicas sociais conforme preceitua o ECA, exige que se tenham dados científicos para poder avaliar a efetividade do que é oferecido a público infanto juvenil.

Nesse sentido, o Sistema de Garantia de Direitos da Criança e do Adolescente constitui-se na articulação e integração das instâncias públicas governamentais e da sociedade civil na aplicação de instrumentos normativos e no funcionamento dos mecanismos de promoção, defesa e controle para a efetivação dos direitos da criança e do adolescente dentro do município. E é exatamente esses órgãos articulados que serão responsáveis em promover a

efetivação dos direitos infanto juvenis e assegurar o correto funcionamento de uma rede de proteção que venha a atender a demanda de crianças e adolescentes no município.

Para Custódio (2006), pode-se perceber que o sistema de garantia de direitos consiste num importante instrumento de transformação da realidade social de muitas crianças e adolescentes e para tal é imprescindível a tomada de consciência e o exercício de novas práticas emancipatórias, que venham a garantir de fato a prioridade absoluta.

Para tanto, temos que alongar nosso olhar e entender que é indispensável à implantação de políticas públicas que atendam crianças e adolescentes nas demandas próprias do seu desenvolvimento, atingindo de igual forma as suas famílias no contexto do município.

Por outro lado, sabemos que uma das maiores dificuldades para que os municípios implantem políticas públicas eficazes na área da criança e do adolescente é a ausência de um planejamento bem estruturado com base em dados científicos, ou seja, um diagnóstico social, onde mostra os indicadores com maiores vulnerabilidade e ameaças e violações dos direitos da criança e do adolescente, também as potencialidades de cada região/território e que possa ser propositivo na definição de programas e projetos para mudar a realidade de crianças e adolescentes daquela região. Somente dessa forma torna-se possível a mobilização dos órgãos dos poderes públicos e da sociedade civil na priorização de recursos para o público infanto juvenil.

Neste contexto, o Diagnóstico da Criança e do Adolescente, idealizado pelo COMDICA de Cotiporã tem como propósito mapear a rede, coletar, padronizar e analisar os dados da rede de atendimento da infância e juventude no município, além de se utilizar de pesquisas com crianças, adolescentes, para gerar informação para que o conselho e os órgãos governamentais e não governamentais possam utilizar na formulação e execução de suas políticas e programas, contribuindo para a melhoria e qualidade do atendimento a crianças e adolescentes no município.

7. PLANO DECENAL DOS DIREITOS HUMANOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE DE COTIPORÃ

Este Plano Decenal dos Direitos da Criança e do Adolescente de Cotiporã, idealizado pelo Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente-COMDICA, com recursos do FIA-Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, e com a parceira da Empresa CERAN – Companhia Energética Rio das Antas, prevê as diretrizes da Política Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente para os próximos dez anos. Sua principal finalidade é articular as várias políticas setoriais voltadas ao público infante-juvenil, além de orientar a implementação de políticas que efetivamente buscam garantir os direitos de crianças e adolescentes.

O documento é estruturado nos dados apresentados pelos indicadores do Diagnóstico da Criança e do Adolescente, foi constituído a partir da oficina com atores sociais dos diversos segmentos da sociedade Cotiporanense, tendo como fundamento principal a Lei 8069/90 – Estatuto da Criança e do Adolescente-ECA, e é resultado de um processo participativo de elaboração conjunta, envolvendo representantes de todas as Secretarias Municipais e da sociedade civil organizada.

Este trabalho em conjunto contendo ações estratégicas e monitoramento do resultado dos indicadores do Diagnóstico Social, visa melhorar a qualidade de vida de crianças e adolescentes, objetivando que tenham seus direitos garantidos sem qualquer diferenciação.

Assim, apresentamos o documento que é um desafio de garantir efetivamente o direito de crianças e adolescentes apresentadas nos indicadores do Diagnóstico da Criança e Adolescente de Cotiporã. Logicamente que não se pode findar o estudo e ações de garantia e promoção de direitos às crianças e adolescentes no município, mas sim, promover constantes debates e promover a participação de todos a partir da discussão dos objetivos, metas e ações elencadas e destacadas nas reuniões de análise dos dados do diagnóstico, possibilitando principalmente a construção coletiva das diretrizes norteadoras para a Política Municipal e avaliação, implantação e implementação da política no município com prioridade para a:

- a) Concretização da Doutrina da Proteção Integral e da Prioridade Absoluta das crianças e adolescentes do município;
- b) Defesa dos interesses e trato de todas as crianças e adolescentes com respeito e dignidade;
- c) Criar condições para que crianças e adolescentes sejam tratados como sujeitos de direitos, garantindo o pleno desenvolvimento;
- d) Garantia do acesso universal ao atendimento conforme as peculiaridades e especificidades de cada criança e adolescente;

- e) Preservação dos vínculos familiares e comunitários.

É imprescindível que o COMDICA garanta a efetivação desse Plano que é um importante instrumento para a mobilização da sociedade, com ênfase na conquista de ações concretas e articuladas de responsabilidade de todos, com o compromisso de lutar para a efetivação da promoção, proteção e defesa do direito de crianças e adolescentes no município de Cotiporã. Nesse contexto, é necessário estabelecer metas e elaborar um planejamento avaliando cada meta/proposta do Plano, uma vez que a proteção integral à criança e ao adolescente obrigatoriamente perpassa pela efetivação e garantia que nos orçamentos públicos estarão inseridas as demandas apontadas, visando à absoluta prioridade para crianças e adolescente do município.

Eixos pesquisados:

Conforme preconizado pelo COMANDA, no Plano Nacional de Promoção, Proteção e Defesa do Direito de Crianças e Adolescentes à Convivência Familiar e Comunitária, definimos abaixo os Eixos para a construção do Plano Decenal dos Direitos da Criança e do Adolescente de Cotiporã.

Eixo 1 – Promoção dos Direitos de Crianças e Adolescentes.

Garantir a elaboração e implementação da Política e do Plano Decenal de Direitos Humanos de Criança e Adolescente nos âmbitos federal, estadual, distrital e municipal, contemplando: - o respeito à diversidade de gênero, identidade de gênero, orientação sexual, cultural, étnico-racial, religiosa, geracional, territorial, regional, de nacionalidade, de opção política, bem como as especificidades das crianças e adolescentes com deficiência, das comunidades tradicionais, em acolhimento, em cumprimento e/ou egressos de medidas socioeducativas e em situação de rua; - a integração das políticas sociais básicas e a intersetorialidade de ações.

Eixo 2 – Proteção e Defesa dos Direitos de Crianças e Adolescentes.

Garantir a elaboração e implementação da Política e do Plano Decenal de Direitos Humanos de Criança e Adolescente nos âmbitos federal, estadual, distrital e municipal, contemplando: - o respeito à diversidade de gênero, identidade de gênero, orientação

sexual, cultural, étnico-racial, religiosa, geracional, territorial, regional, de nacionalidade, de opção política, bem como as especificidades das crianças e adolescentes com deficiência, das comunidades tradicionais, em acolhimento, em cumprimento e/ou egressos de medidas socioeducativas e em situação de rua; - a articulação e integração das políticas sociais de atendimento à violação dos direitos fundamentais de crianças e adolescentes; - a ampliação e fortalecimento das instâncias de defesa dos direitos da criança e do adolescente e do sistema de justiça.

Eixo 3 – Protagonismo e Participação de Crianças e Adolescentes.

Inserir os adolescentes nos espaços democráticos e processos de tomada de decisão e da gestão, contemplando diversidade, tais como: comunidades indígenas, do campo, meninos e meninas em situação de rua e demais grupos culturais, étnicos, religiosos, sociais e de gênero.

Eixo 4 – Controle Social da Efetivação dos Direitos.

Garantir o fortalecimento da rede de proteção, defesa e garantia dos direitos da criança e do adolescente com a participação da sociedade na elaboração e fiscalização de políticas sociais, aprofundando o olhar crítico sobre a realidade e a radicalização das práticas políticas a favor de uma nova ordem social, mais justa e igualitária.

Eixo 5 – Gestão da Política dos Direitos Humanos de Crianças e Adolescentes.

Garantir a elaboração e implementação da política e do Plano Decenal de Direitos Humanos de Crianças e Adolescentes nos âmbitos Federal, Estadual, do Distrito Federal e Municipal, contemplando: - a gestão integrada, participativa e descentralizada; - a efetivação do princípio da prioridade absoluta no ciclo orçamentário das três esferas de governo.

Metodologia do Plano:

Após a análise dos indicadores do diagnóstico social as propostas foram organizadas, conforme os cinco eixos citados acima, ou seja, Promoção dos Direitos de Crianças e Adolescentes, Proteção e Defesa dos Direitos de Crianças e Adolescentes, Protagonismo e Participação de Crianças e Adolescentes, Controle Social da Efetivação dos Direitos e Gestão da

Política dos Direitos Humanos de Crianças e Adolescentes.

Este conjunto de propostas, elencadas no Plano, foi construído a partir do fórum de apresentação dos indicadores e oficina realizada com vários atores sociais representando as entidades governamentais e não governamentais do município.

Prazos para o Plano Decenal:

Curto	2019	2020
Médio	2020	2025
Longo	2015	2029
Permanente	2019	2029

A seguir apresentamos as ações, por eixo, extraídas da análise dos indicadores, que consubstanciam o Plano Decenal dos Direitos da Criança e do Adolescente de Cotiporã.

Eixo 1 – Promoção dos Direitos de Crianças e Adolescentes

OBJETIVO/ PROPOSTAS	AÇÕES/ESTRATEGIAS	PRAZO	RESPONSÁVEL	FONTE
Atenção e Promoção à Criança e ao Adolescente na área da saúde, educação e assistência social	1- Capacitar os profissionais da rede de atendimento aos casos de violência contra criança e adolescente	Médio	Secretaria da Saúde e Ação Social	Oficina de discussão de indicadores do Diagnóstico;
	2-Implementar fluxo de notificação de agravos de violência contra crianças e adolescentes ente os órgãos de atendimento	Curto	Secretaria de Saúde, Conselho tutelar, Educação	
	3-Articulação entre a rede de saúde à Escola Jacinto Silvio, visando trabalhar temas de interesse dos adolescentes	Curto	Secretaria de Saúde	
	4-Fortalecer a participação das equipes multidisciplinares para discutir ações de promoção a saúde, em conjunto com toda a da rede de atendimento	Permanente	Secretaria de Saúde	
	5-Criar mecanismos de orientação e conscientização da população referente aos serviços oferecidos na área da saúde	Permanente	Secretaria de Saúde em parceria com o COMDICA	
	6-Implantação de atividades voltadas à prevenção exemplo, “balada segura”, voltada aos adolescentes que frequentam as festas na cidade	Permanente	Secretaria de Saúde	
	7-Incentivar a participação da comunidade, bem como dos adolescentes nos programas educacionais de prevenção às doenças e outras atividades	Curto	Secretaria de Saúde e COMDICA	
	8-Realizar seminários, reuniões, palestras, periodicamente, com as famílias sobre a importância da continuidade dos estudos para o desenvolvimento do município	Curto	Secretaria de Educação em parceria com o COMDICA	

Atenção e Promoção à Criança e ao Adolescente na área da saúde, educação e assistência social	9-Incentivar a formação de grupos sociais (grêmio estudantil, oficinas de informação) pelos alunos, visando integração entre todas as escolas	Médio	Secretaria de Saúde e Educação, COMDICA	Oficina de discussão de indicadores do Diagnóstico
	10-Incentivar a participação das associações de jipeiros, motos e bicicletas na conscientização quanto aos benefícios da prática de atividades esportivas	Médio	Secretaria de Saúde e Educação, COMDICA e Associações Esportivas	
	11-Identificar atores sociais e mecanismos de promoção e proteção no sentido de aproveitar experiências e a criação de novas atividades de esporte, cultura e lazer voltadas aos adolescentes	Curto Médio Longo	COMDICA, CT e Secretaria de Saúde	
	12-Capacitação de toda a rede (Assistência, Saúde, Educação, Conselho Tutelar) em relação ao ECA	Permanente	COMDICA	
	13-Fomentar a implantação do turno integral na educação	Longo	Secretaria de Educação, COMDICA	
	14-Realizar palestras periódicas para adolescentes e famílias referentes aos seus direitos e deveres	Permanente	COMDICA e CT	
	15-Criar um protocolo padrão de atendimento nas diversas áreas	Curto	Secretaria da Saúde e Ação Social	

Eixo 2 - Proteção e Defesa dos Direitos

OBJETIVO/ PROPOSTAS	AÇÕES/ESTRATEGIAS	PRAZO	RESPONSÁVEL	FONTE
Atenção e Proteção à Criança e ao Adolescente na área da saúde, educação e assistência social	1-Realizar reuniões/palestras periódicas nas escolas, com os pais e adolescentes, referente a importância da frequência escolar	Curto	Secretaria de Educação	Oficina de discussão de indicadores do Diagnóstico
	2-Realizar campanhas de conscientização na rádio, igrejas, comércio e outros no que tange aos problemas oriundos do consumo de bebidas alcoólicas e drogas	Permanente	Secretaria de Educação, Saúde e Ação Social e COMDICA	
	3-Fortalecer o convívio e o diálogo familiar, com ênfase na cultura da paz, e contribuir para o retorno dos adolescentes para a escola, por meio de atividades que estimulem a convivência social	Permanente	Secretaria de Educação, Ação Social e COMDICA	
	4-Fomentar a criação da Pastoral da Criança no Município	Médio/Longo	Secretaria de Ação Social e COMDICA em parceria com a Igreja	
	5-Mobilizar as escolas e comunidade local (rádio) para desenvolvimento de campanhas contra a violência sexual	Permanente	Secretaria de Educação, Ação Social, CT e COMDICA	
	6-Fomentar a criação de convênios intermunicipal para acolhimento de crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade e suporte nos casos graves de saúde mental	Longo	Secretaria de Saúde, COMDICA	
	7-Realizar campanhas educativas para sensibilizar a população de adolescentes sobre a questão dos preconceitos e bullying	Permanente	Secretaria de Ação Social, CT e COMDICA	
	8-Estruturar os conselhos tutelares com equipamentos compatíveis para o uso do SIPIA-Web no Município	Curto	Secretaria de Ação Social, Conselho Tutelar em parceira com o COMDICA	

Atenção e Proteção à Criança e ao Adolescente na área da saúde, educação e assistência social	9-Implementar programa de capacitação permanente para os conselheiros tutelares	Curto/Permanente	Secretaria de Ação Social em parceira com o COMDICA	Oficina de discussão de indicadores do Diagnóstico
	10-Criação de grupos de convivência para adolescentes que sofreram abuso, violência psicológica e outros	Curto/Permanente	Secretaria de Ação Social, Conselho Tutelar em parceira com o COMDICA	
	11-Realizar palestras informativas nas escolas, associações, igrejas e outros sobre os direitos e deveres do Estatuto da Criança e Adolescente, bem como divulgação por meio de materiais impressos	Curto/Permanente	Secretaria de Ação Social, Conselho Tutelar, Educação em parceira com o COMDICA	
	12-Elaborar um plano de formação permanente aos integrantes e operadores do sistema de garantia de direitos	Permanente	Secretaria de Ação Social, Saúde, Educação, Conselho Tutelar em parceira com o COMDICA	
Maior divulgação ECA	1-Fomentar a realização de campanhas, por meio de divulgação nas escolas, câmara de vereadores, comércios, igrejas e outros, visando à divulgação dos direitos de crianças e adolescentes	Curto/Permanente	Secretaria de Ação Social, Educação, COMDICA	Oficina de discussão de indicadores do Diagnóstico
	2-Criar mecanismos eficazes para a divulgação do Estatuto da Criança e do Adolescente nas as escolas	Médio/Permanente	Secretaria de Ação Social, Secretaria Municipal Educação, COMDICA e Conselho Tutelar	
	3-Criar e distribuir cartilhas específicas sobre o ECA, para os alunos do ensino fundamental e médio	Médio/Permanente	COMDICA em parceria com o Conselho Tutelar e Secretaria de Ação Social	

Eixo 3 – Protagonismo e Participação de Crianças e Adolescentes

OBJETIVO/ PROPOSTAS	AÇÕES/ESTRATEGIAS	PRAZO	RESPONSÁVEL	FONTE
Espaço de participação e comunicação da criança e do adolescente	1-Utilizar os espaços públicos já existentes para promover atividades de esporte cultura e lazer. Ex. Ciclismo, aula de dança, com a participação de profissionais da área de esportes	Curto	Secretaria de Educação e Desporto	Oficina de discussão de indicadores do Diagnóstico
	2-Promover eventos com a participação de crianças e adolescentes sobre a importância da participação em grupos sociais nas comunidades	Curto	COMDICA	
	3-Palestras nas comunidades com a participação das famílias com temas que ainda são tabus para a cultura local	Curto	Secretaria de Educação e Ação Social COMDICA	
	4-Criar um jornal informativo com as atividades a serem desenvolvidas semestralmente, com crianças, adolescentes e famílias	Médio	Secretaria de Educação e Desporto, Secretaria de Saúde e Ação Social, COMDICA, Assessoria de Imprensa do Executivo	
	5-Fomentar a participação de adolescentes em sessões da Câmara de Vereadores e criação da Câmara Municipal de Vereadores Mirins com o objetivo de haver o protagonismo do adolescente	Curto/Permanente	COMDICA	
	6-Efetuar a alteração da lei, propiciando uma vaga permanente para a representação de adolescentes no Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente	Curto	Executivo Municipal em parceria com COMDICA	
	7-Desenvolver gincanas diversas com a participação da comunidade e com temas voltados ao público infanto-juvenil	Permanente	Secretaria de Educação e Desporto	

	8-Fomentar a criação de grêmios estudantis	Médio/Permanente	Secretaria de Educação e Desporto, COMDICA	
Efetivação do direito de participação e comunicação da criança e do adolescente	1-Oportunizar a participação de adolescentes em Conferências, Congressos, Fóruns, Seminários e capacitações em nível de Região e Estado, com intuito de promover a protagonismo do adolescente	Médio	COMDICA	Oficina de discussão de indicadores do Diagnóstico;
	2-Disponibilização de transporte para a realização de eventos intersetoriais(saúde, social e esporte) nas comunidades rurais, com a participação de crianças e adolescentes	Longo	Secretarias de Educação e Desporto, Saúde e Ação Social, COMDICA	
	3-Abrir espaços permanentes para a participação de crianças e adolescentes nas atividades do conselho	Permanente	COMDICA	

Eixo 4 – Controle Social da Efetivação dos Direitos

OBJETIVO/ PROPOSTAS	AÇÕES/ESTRATEGIAS	PRAZO	RESPONSÁVEL	FONTE
Fortalecimento e garantia do Controle Social referente aos direitos à Criança e do Adolescente	1-Capacitar os profissionais que atuam na rede em relação a sua atribuição, no que se refere ao atendimento à criança e ao adolescente	Curto/Permanente	Secretaria de Educação, Secretaria da Saúde e Ação Social, COMDICA e CT	Oficina de discussão de indicadores do Diagnóstico
	2-Realizar Seminários de divulgação dos Direitos da Criança e do Adolescente com a participação de representantes de toda a rede de atendimento	Médio/permanente	COMDICA e Rede de Atendimento	
	3-Criar mecanismos de incentivo à participação dos pais nas reuniões nas escolas	Permanente	Secretaria de Educação	
	4-Divulgação das ações do conselho nas redes sociais e fixação nos murais das escolas	Curto/Permanente	COMDICA	
	5-Promover encontros do COMDICA e Conselho Tutelar, buscando o aperfeiçoamento no atendimento às demandas	Permanente	COMDICA	
	6-Realizar seminários municipais para sobre o funcionamento do sistema de garantia dos direitos	Médio/Permanente	Secretaria de Ação Social em parceria com COMDICA	
	7-Utilizar a rádio comunitária para divulgação do ECA e com a participação de crianças e adolescentes	Curto/Médio	COMDICA	
	8-Criar meios de divulgação, nas escolas, igrejas, comércios sobre a importância da participação da sociedade civil nos conselhos	Curto/Permanente	COMDICA	
	9-Realizar reuniões entre os conselhos de políticas públicas e COMDICA	Médio/Permanente	COMDICA	

Eixo 5 – Gestão da Política dos Direitos Humanos de Crianças e Adolescentes

OBJETIVO/ PROPOSTAS	AÇÕES/ESTRATEGIAS	PRAZO	RESPONSÁVEL	FONTE
Políticas de atenção à promoção dos direitos de crianças e adolescentes	1-Destinar mais recursos no orçamento público para a área de cultura e lazer	Curto	Executivo	Oficina de discussão de indicadores do Diagnóstico;
	2-Criar programa para incentivar a destinação de recursos (percentual do IR pessoa física e jurídica) para o FIA	Curto	Executivo e COMDICA	
	3-Alterar a Lei que trata da carga horária para capacitações ao Conselheiro Tutelar, oportunizando o exercício da sua função com equipamentos, veículos e capacitações	Curto/Permanente	Executivo, Secretaria de Ação Social e COMDICA	
	4-Capacitar os conselheiros do COMDICA e CT no que tange ao orçamento público.	Curto/Permanente	Secretaria de Ação Social e COMDICA	
	5-Garantir a participação do COMDICA e CT na elaboração do PPA, da LDO e da LOA	Permanente	Executivo e COMDICA	
	6-Acompanhar a efetivação do Plano Decenal por meio do Orçamento Municipal direcionado à criança e ao adolescente	Curto/Permanente	COMDICA e CT	
	7-Implantar processo de formação continuada dos Conselheiros do COMDICA e Tutelares	Médio/Permanente	Secretaria de Ação Social, COMDICA e CT	
	8-Realizar convênios com outros municípios para atendimento de média e alta complexidade (acolhimento institucional, saúde mental) para crianças e adolescentes	Médio	Executivo, Secretaria de Ação Social em parceria com o COMDICA	
	9-Ampliação da acessibilidade nos locais públicos como praças e outros com internet gratuita	Curto/Permanente	Executivo Municipal	

	10-Propiciar transporte público gratuito, com a implantação do passe estudantil, para adolescentes que estejam em cursos técnicos	Curto/Permanente	Executivo Municipal	
Implantação do Plano Decenal	1-Realizar reuniões periódicas com representantes das secretarias municipais, conselhos municipais, conselheiros tutelares e sociedade civil, para a efetivação deste Plano	Permanente	CODICA	Oficina de discussão de indicadores do Diagnóstico
	2- Apresentar Minuta de Projeto de Lei à Câmara Municipal para criar a lei Municipal do Plano Decenal	Curto	Legislativo e Executivo Municipal	
	3-Desenvolver mecanismos de monitoramento e avaliação do Plano Decenal por meio da Conferencia Municipal	Curto/Permanente	COMDICA	
Articulação entre Políticas Públicas	1-Articular reuniões com organismos governamentais e da sociedade civil para o aprimoramento da política de atendimento de crianças e adolescentes	Médio/Permanente	COMDICA	
	2-Criar programas para o uso das escolas nos finais de semana, como espaço de participação e promoção de crianças e adolescentes e família	Médio/Permanente	Executivo de Educação e Desporto	
	3-Criar programa de formação permanente dos atores sociais no que tange ao entendimento e funcionamento da rede de proteção	Médio	Secretaria de Ação Social em parceria com COMDICA	

8. APÊNDICE 1

Quadro 1: Projetos por tema

Projetos de convivência

Nome do Projeto	Descrição	Período
“Eu, nós, outro, convivência, socialização e aprendizagem” “Percepções, afeto, movimento e musicalidade”	Projeto anual, o qual visa a inserção do aluno no meio em que vive, faz perceber-se que não está sozinho, que necessita dividir espaço, ideias e concepções com o restante das pessoas que o cercam. A importância de conhecer o outro, suas particularidades, necessidades, as diferenças existentes no meio, etc.	Outubro/ Novembro e Dezembro
“Eu, Escola e Família” (Projetos PACTO)	Promover e construir com a criança o conhecimento de sua identidade pessoal, de suas relações sociais no âmbito familiar e escolar, possibilitando a edificação de sua autonomia e autoestima através da valorização do seu cotidiano cultural, da cultura em si a que pertence, e que a faz produzir significados. *reconhecer-se como ser único e distinto, porém participante ativo de uma família e de uma sociedade; *identificar os elementos integrantes da família, a fim de desenvolver o sentimento de ternura, gratidão e respeito; *estabelecer uma relação com a sociedade; *diferenciar os vários tipos de família e os membros que a compõe;	Junho
“Percepções, afeto, movimento e musicalidade” “Emoções, Cores e Imaginação”	Explorar o mundo, o espaço e os objetos do seu entorno, estabelecer relações, expressar-se, brincar e produzir conhecimentos sobre si, sobre o outro, sobre o universo social e cultural, tornando-se, progressivamente, conscientes dessa corporeidade. Dentro deste projeto foram abordadas questões como poluição, desmatamento, extinção de animais, cuidado com a natureza e separação do lixo, despertar nos alunos a consciência de desenvolver hábitos corretos para com o meio ambiente. Como culminância os alunos plantaram sementinhas, mudas de flores e temperos	Maio / Junho e Julho
“Vivências e Ludicidade, explorar linguagem, aprendizagem e vivências”	A vivência aplicada com a ludicidade, na construção do conhecimento, tem como característica principal perceber a criança como ser inteligente e pensante. Possibilitar a convivência com o Eu, o Outro e o Nós. Fazer com que através destes fatores a criança aprenda e se reconheça no mundo em que vive.	Agosto / Setembro
Escolinha de futsal	Inserir as crianças e jovens no esporte, buscando assim a socialização, o bom convívio e a prática de esportes.	Janeiro a dezembro
Feira do Conhecimento	Abrir a escola para a sociedade Cotiporanense e expor projetos produzidos pelos próprios alunos no decorrer do ano como forma de apresentar seus conhecimentos e estudos.	Outubro

Projetos de Saúde

“Mulher: Símbolo de força e determinação”	Aprender o que é yoga, seus benefícios, e participação de uma aula a qual trabalhará o dia da mulher e sua importância.	Março
Crescer com mais Saúde – Agentes Escolares	Trabalhar com questões pertinentes no meio social. Os alunos participam de formações juntamente com a Secretaria da Saúde e após obterem as informações necessárias repassam aos demais no ambiente escolar. Estas questões são trabalhadas também em sala de aula pelas professoras titulares e discutidas com os alunos.	Março a Dezembro
Faça sua parte: Não deixe água parada	Em parceria com a Secretaria de Saúde os Agentes Comunitários e o 4º ano estiveram no Posto de Saúde para a trabalhar sobre a água, Aedes e borrachudo, que são temas de suma importância para a saúde pública.	Outubro
Preservar o Meio Ambiente é preservar o Planeta. Preservar o Planeta é preservar a vida”	Despertar nos alunos a consciência de desenvolver hábitos de separação de lixo, costumes corretos para com o meio ambiente. A atividade foi desenvolvida pelo Setor de Nutrição e Setor de Meio Ambiente.	Junho
Sanduíche da Maricota	Desenvolver nos alunos uma alimentação saudável, a partir de alimentos simples e acessíveis, mostrando o quão importante é para nossa saúde termos hábitos saudáveis. Para reforçar este objetivo, os alunos “construíram” um sanduíche saudável e o degustaram.	Abril

Projetos de Esporte

Olimpíadas (Projetos PACTO)	*Incentivar a prática saudável diferentes modalidades esportivas; *Fomentar a união entre todas as nações do planeta, assim como sugere os Anéis Olímpicos, um dos principais símbolos das Olimpíadas. * Conhecer as diferentes modalidades praticadas nas Olimpíadas bem como seu surgimento. *Pesquisar sobre o surgimento das Olimpíadas, como a mesma se desenvolveu, etc.	Agosto
-----------------------------	-----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------	--------

Projetos de Cultura

“O homem que amava caixas” (Dia dos Avós)	Demonstrar aos alunos os antigos costumes de seus avós, incentivando a buscarem cada vez mais conhecimento de sua cultura, de suas origens e de onde vieram seus antepassados. Como culminância os alunos juntamente com as professoras desenvolveram apresentações, para homenagearem os avós.	Outubro
“Participando da construção dos saberes” (Dia das Mãe e dos Pais)	Trabalhar a importância destas datas comemorativas, confeccionando trabalhos escolares que retomem estas datas e sua importância.	Maio/agosto
“Vivenciando conhecimentos além da sala de aula”	Passeio para Caldas do Prata em Nova Prata, e participação da Feira do Conhecimento do Colégio Ângelo Mônico de Fagundes Varela	Dezembro
	Visitação ao Planetário Professor José Baptista Pereira e a Casa de Cultura Mário Quintana, podendo também apreciar a exposição de cadernos de roupa, memórias e croquis de Ronaldo Fraga em Porto Alegre.	Dezembro
Aniversário do Município	Abordar questões pertinentes em relação ao município, sendo trabalhada principalmente a data de emancipação do mesmo, fazendo com que os alunos tenham conhecimentos gerais do local em que vivem.	Maio
Criação de histórias e leitura	* Proporcionar oportunidade para que os alunos desenvolvam o gosto pela leitura, colocando-os em contato com diversos gêneros textuais.	Março
Criação de histórias e leitura (Projetos PACTO)	* Proporcionar oportunidade para que os alunos desenvolvam o gosto pela leitura, colocando-os em contato com diversos gêneros textuais. * Ler e produzir textos. - Desenvolver a linguagem oral. * Desenvolver a autonomia, iniciativa. * Agregar à produção textual a função social da escrita utilizando-se de cartas, bilhetes e convites sempre que necessário, favorecendo aos alunos maior contato com cartas enviadas e recebidas. * Compartilhar com os alunos o produto final.	Março
Dia das Mãe e dos Pai	Trabalhar a importância destas datas comemorativas, confeccionando trabalhos escolares que retomem estas datas e sua importância.	Maio/agosto
Doce Aprender da Páscoa	Proporcionar aos educandos um conhecimento amplo sobre a temática da Páscoa através da exploração dos componentes curriculares por meio de atividades diferenciadas que despertem o interesse pelo ensino-aprendizagem.	21 a 24 de março de 2016
Leitura	Proporcionar as crianças o contato com a leitura e estimulá-las a criarem o hábito de ler, tendo em vista a importância da mesma para a melhoria da fala, escrita, leitura, expressão, entre as mais variadas habilidades adquiridas a partir dela.	Março a Dezembro
Para você uma Páscoa repleta de carinho!	Proporcionar aos educandos um conhecimento amplo sobre a temática da Páscoa através da exploração dos componentes curriculares por meio de atividades diferenciadas que despertem o interesse pelo ensino-aprendizagem.	21 a 24 de março de 2016
Valorizando Nossas Tradições.	Trabalhar e explorar as mais diversas questões do tradicionalismo gaúcho em sala de aula, e juntamente com o C.T.G Posada dos Carreiros desenvolver atividades da cultura gaúcha, como por exemplo “montar” a Cuia para o Chimarrão, danças típicas, entre outros. Como culminância do Projeto os alunos apresentaram na Feira do Conhecimento, os saberes adquiridos, dançaram, explicaram a cultura gaúcha, etc.	Setembro

Projetos de Lazer

“Mentes Brilhantes” Dia do Estudante	Proporcionar aos alunos momentos de lazer, brincadeiras, guloseimas e muita diversão. Mostrando a importância dos estudos para nosso crescimento pessoal e futuramente profissional. Mostrando aos alunos que eles são a alma da escola.	Outubro
As janelas se abrem para ... a realização do sonho.	Como fechamento do ano letivo, a E.M.E.I. Amor e Carinho, teve a apresentação “As janelas se abrem para...a realização dos sonhos”. Esta que contou com a participação de todos os alunos da escola e foi realizada nas dependências da Prefeitura Municipal de Cotiporã.	Dezembro
Construindo Saberes através da Brincadeira. (Dia da Criança)	Proporcionar as crianças atividades recreativas, circuitos, brincadeiras, tendo também uma apresentação da CIA Teatral Arte In Cena, para mostrar-lhes a importância da criança e de não a deixar “escapar” de nosso ser, de termos sempre está essência, pura e ingênua.	Outubro
Dia da Criança	Proporcionar as crianças atividades recreativas, circuitos, brincadeiras, tendo também uma apresentação da CIA Teatral Arte In Cena, para mostrar-lhes a importância da criança e de não a deixar “escapar” de nosso ser, de termos sempre está essência, pura e ingênua.	Outubro

Projetos de Educação

Ações que transformam vidas	Desenvolver a consciência no trânsito, para que formemos cidadão conscientes no trânsito. Formar pessoas pensantes e críticas para que em um futuro próspero tornem-se bons condutores.	Setembro
Animais	Abordar o tema em sala de aula, aprendendo as mais variadas espécies de animais e pôr em prática este conhecimento com uma viagem de Estudos ao Zoológico de Sapucaia do Sul	Dezembro
Aprendendo Letras e números.	Com o intuito da aprendizagem do número 2 e letra "E", com atividades em sala de aula e demais propostas e após realizou-se uma visita que teve por objetivo conhecer as dependências e setores das escolas	Abril
Consciência Negra (Projetos PACTO)	*Integrar a raça negra em meio a sociedade brasileira, lembrando toda a luta e sofrimento que esse povo passou para poder ter seus direitos como ser humano respeitado. *Combater o racismo que mesmo depois da libertação não fez com que os negros recebessem o respeito que eles merecem. *Demonstrar a importância da população negra para a cultura da nação brasileira.	Novembro
Curiosos por natureza: relações e transformações	Conhecer e aprender o cuidado com os animais e natureza	Outubro
Desenvolvendo a Cidadania	Desenvolver o espírito cívico e o exercício da cidadania dos alunos da Escola Municipal de Ensino Fundamental Caminhos do Saber.	Março a Dezembro
Educação: Educar para a Transformação	1) Propiciar situações de vivência e aprendizagem na escola que possibilitem a percepção e reflexão acerca da transformação do homem no sentido amplo de seu significado; 2) Compreender que a transformação do ser humano faz parte de um processo natural, cabendo ao mesmo adotar uma postura positiva e de crescimento pessoal; 3) Planejar práticas interdisciplinares; 4) Refletir sobre a mudança de hábitos e atitudes fundamentais para uma convivência harmoniosa em busca do entendimento global e da preservação do meio ambiente; 5) Utilizar as TICs como ferramentas de apoio ao trabalho do professor; 6) Utilizar a leitura do clássico: "Romeu e Julieta" de William Shakespeare como norteador do projeto interdisciplinar; 7) Fortalecer vínculos entre a escola e a comunidade escolar.	De Março a Dezembro de 2016
Estações do ano	Aprender as estações do ano, e aprimorar as letras do alfabeto. Desfile das estações do ano, hora, dia e noite.	Junho
Minha História faz parte desta Cidade.	Dentro dos estudos relacionados ao município, aprofundados em sala de aula, os quais estuda-se todo o município, teve em vista visitar a Prefeitura Municipal para conhecer as repartições públicas e entender melhor o seu funcionamento, tendo por esta atividade a conclusão dos trabalhos.	Dezembro
Projetos PACTO	Trabalhar com Livros ofertados pelo PACTO, Plano de Alfabetização na Idade Certa, o qual fornece coletâneas de para alfabetização das crianças de 1º a 3º do ensino fundamental.	Março a Dezembro
Que sabor é esse?	Aprimorar o paladar, fazendo com que as crianças conheçam novos tipos de alimentos.	Maior

Fonte: SME/SEE, 2016.

9. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BAPTISTA, M. V. Algumas reflexões sobre o sistema de garantia de direitos. Serviço Social e Sociedade [online], São Paulo: Cortez, n.109, p.179-199, jan./mar. 2012. Disponível em: . Acesso em: 07 mar. 2016.

BRASIL. Estatuto da Criança e do adolescente. Lei 8.069 de 13 de julho de 1990.

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil. 17ed. São Paulo: Saraiva 1997.

BRASIL Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome Política Nacional de Assistência Social, Brasília, 2004.

BRASIL, Presidência da República, Secretaria Especial dos Direitos Humanos, Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Plano Nacional de Promoção, Proteção e Defesa do Direito de Crianças e Adolescentes à Convivência Familiar e Comunitária, Brasília, 2006.

CONSELHO NACIONAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE. Plano Nacional Decenal dos Direitos Humanos de Crianças e Adolescentes. Brasília: CONANDA. 2011.

DIGIÁCOMO, M. J. O sistema de garantia de direitos da criança e do adolescente e o desafio do trabalho em “rede”. Curitiba: Ministério Público. Disponível em: Acesso em: 08 mar. 2016.

GUERRA, Isabel (2002), Fundamentos e Processos de Uma Sociologia de Ação. O Planejamento em Ciências Sociais, 2.ª edição revista e aumentada, Cascais: Princípia.

VERONESE, Josiane Rose Petry. Temas de Direito da Criança e do Adolescente. São Paulo: Ltr, 1997.

Sites Pesquisados:

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm>. Acesso em: 20.dez. 2017.

BRASIL. Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA. Lei Federal 8.069/1990. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8069.htm>. Acesso em: 18.dez. 2017.

Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente. Disponível em: <http://www.sdh.gov.br/sobre/participacao-social/conselho-nacional-dos-direitos-da-crianca-e-do-adolescente-conanda>. Acesso em: 19.dez. 2017.

Direitos da criança e do adolescente. <http://www.guiadedireitos.org>. Acesso em: 20.dez.2017.

Plano Decenal dos Direitos da Criança e do Adolescente do Estado do Paraná.

<http://www.desenvolvimentosocial.pr.gov.br>. Acesso em 19.dez.2017.

Prefeitura de Cotiporã. Acesso em: 16 dez. 2017. Disponível em: <http://www.cotipora.rs.gov.br/>



www.painelpesquisas.com.br